


Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

 Ano 3
Número 24
R\$ 7,00
editora
segmento

**Distribuição de ICMS, Segurança Pública,
Pacto Federativo e Gestão do Meio
Ambiente foram alguns dos assuntos
tratados durante o evento**

FUTURO

50º CONGRESSO REDISCUTE O BRASIL

IPTU: NOVAS ALTERNATIVAS PARA MELHORAR A ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO

AGORA QUEM ESTUDA NA ESCOLA



SISTEMA DE ENSINO
Aprende Brasil

A Editora Positivo apresenta uma grande novidade para as escolas públicas brasileiras: **SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino**. Um sistema com a experiência de 34 anos do maior grupo educacional do País.

- **Centro de Pesquisas** próprio, com 200 profissionais criando, desenvolvendo e atualizando o mais moderno material didático
- **Livros Didáticos Integrados** entre séries e disciplinas, interar com o Portal Aprende Brasil.

PÚBLICA PODE IR MAIS LONGE.



- **Assessoria Pedagógica** com cursos freqüentes para os professores aprimorarem seus conhecimentos e sua formação.
- **Portal Aprende Brasil**, com conteúdo exclusivo, avançados recursos multimídia e acesso para professores e alunos. Conheça o **SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino**. É ensino de qualidade para a escola pública, com a garantia do Positivo. Ligue agora e conte com o SABE nas escolas do seu município em 2006.

0800 644 1515
www.editorapositivo.com.br



EDITORA
POSITIVO

**Associação Paulista
de Municípios**

Av. São Luís, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905

Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA**DIRETORIA-ADMINISTRATIVA****PRESIDENTE****Marcos Monti****1º VICE-PRESIDENTE****José Luiz Rodrigues****2º VICE-PRESIDENTE****Welson Gasparini****3º VICE-PRESIDENTE****Rubens Furlan****4º VICE-PRESIDENTE****Marcos José da Silva****SECRETARIA - MEMBROS****DIRETORES****SECRETÁRIO-GERAL****Antonio César Simão****1º SECRETÁRIO****Dr. Hélio de Oliveira Santos****2º SECRETÁRIO****Sebastião Misiara****3º SECRETÁRIO****Itamar Francisco Machado Borges****TESOURARIA****TESOUREIRO-GERAL****Carlos Alberto Cruz Filho****1º TESOUREIRO****José Ademir Infante Gutierrez****2º TESOUREIRO****Antonio Francelino****3º TESOUREIRO****João Buzzo****CONSELHO DELIBERATIVO****PRESIDENTE****Aquevirque Antonio Nholla****CONSELHO FISCAL****PRESIDENTE****José Mauro Dedemo Orlandini****COMISSÃO DE SINDICÂNCIA****PRESIDENTE****Sckandar Mussi****CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR****PRESIDENTE****Antonio Sérgio Baptista****SECRETARIA EXECUTIVA****Dalva Christofolletti Paes da Silva**

Parceria nos desafios



Assumi, dia 31 de março, a Presidência da nossa APM, um desafio que muito me motiva e faz voltar à reflexão do movimento municipalista em nosso Estado e em nosso país.

Sei que a luta municipalista é uma luta contínua e que não é resumida apenas a um Congresso de Municípios ou a uma Marcha de Prefeitos, por mais importantes que sejam. Na verdade o municipalismo é um trabalho constante que requer empenho e dedicação para realmente alcançarmos nossos objetivos.

Quero ressaltar o trabalho de todos aqueles que me antecederam na presidência da nossa entidade, e quero continuar essa luta contando com a participação cada vez mais efetiva de todos os líderes municipalistas: prefeitos e prefeitas; vice-prefeitos e vice-prefeitas; vereadores e vereadoras. É muito importante que todos estejamos unidos com o mesmo ideal de fortalecimento dos municípios.

Nossa entidade é reconhecida e respeitada pelas

diversas lutas que travou ao longo de sua história, sempre empunhando a bandeira do municipalismo, e essa tradição de lutas é que temos que manter viva na alma dos nossos líderes municipalistas.

Sei que estamos vivendo um momento muito difícil, principalmente os prefeitos e prefeitas que têm que trabalhar muito para manterem o bom funcionamento de suas prefeituras. Sei também que cada vez mais assumem responsabilidades sem os recursos suficientes para atender às demandas.

É importante que se diga que o movimento municipalista não quer simplesmente solicitar aos governos Federal e Estadual, mais recursos financeiros; o que queremos na verdade é discutir a regulamentação do Pacto Federativo, contido no artigo 23 da Constituição Federal. Queremos definir de uma vez por todas o que é responsabilidade do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios e, a partir daí, promovermos

a justa distribuição do bolo tributário nacional. Hoje existe uma distorção muito grande na divisão dos impostos arrecadados no Brasil, onde 60 % fica com o Governo Federal, 25% com os Estados e 15% com os municípios. Não estamos lutando por mais impostos, pois a carga tributária no nosso país já é muito elevada, apenas estamos reivindicando uma distribuição mais justa.

Portanto quero estar muito perto de todos líderes municipalistas, principalmente dos presidentes das associações regionais, para que juntos possamos estabelecer uma parceria nesse desafio, que é termos um município mais forte e independente. Nosso trabalho, repito, é árduo e contínuo, o que me obriga doravante estar atento e atuante para que nossos ideais de municipalistas não esmoreçam.

Luta continua!

Marcos Monti
Presidente da APM



Alex Silva

10 50º CONGRESSO
Mais de 8 mil congressistas prestigiam o Jubileu de Ouro do evento

6 ENTREVISTA

Marcos Monti faz um balanço do 50º Congresso e fala dos próximos projetos da Associação

18 GALERIA DE FOTOS

Procure sua foto na galeria do 50º Congresso

26 TECNOLOGIA

Município de Sete Barras adota software para agilizar atendimento

28 POSSE

Celso Giglio passa o cargo para Marcos Monti

30 SEGURANÇA

Iniciativas para redução da violência

34 IMPOSTO

Novas alternativas para reforçar arrecadação do IPTU nos municípios

39 INAUGURAÇÃO

Vereadores e prefeitos têm lugar garantido no Espaço das Cidades, na Alesp

40 CURSO SOBRE PLANO DIRETOR

Dia 12 de maio, curso pela internet, com a dra. Cibelle Rumell, da Grapohab

42 MARCHA A BRASÍLIA

Prefeitos de todo o país reunidos na IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

44 IBGE

Prefeituras aplicam menos de 1% em esporte, diz pesquisa

47 NOTAS

- Homenagem a Chopin Tavares de Lima
- Reunião do Partido Verde

48 TCE

O estado "Katrina" é a solução?, por Antonio Roque Citadini, vice-presidente do TCE

50 CASOS E CAUSOS

As histórias de Chopin Tavares de Lima, por Claudio Manesco

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mails: ouvidoria@apaulista.org.br

redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150

CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220.

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8204

karencardial@editorasegmento.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br



CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevique Antônio Nholha
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlandini
Marcos Monti



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial



PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

DIRETORA DE REDAÇÃO: Martha Funke

EDITORA: Camila Plati

redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

EDIÇÃO DE ARTE: Flora Rio Pardo e

Rogério Lobato Loconte

CAPA: Ilustração / Alex Silva

REVISÃO: Maria Feitosa e Maria Stella Valli

PRODUÇÃO GRÁFICA: Ivan Santana

CONSULTORIA: Christo, Manesco &

Associados

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: Karen Cardial

karencardial@editorasegmento.com.br

EXEC. DE NEGÓCIOS: Paula Balza

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

Rosa de Souza

publicidade2@municipiosdesaopaulo.com.br

MARKETING: Bruno Orsini

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS:

Brasília

Singulare Publicidade

Magda Dias (61) 3344-5181

brasilia@editorasegmento.com.br

Bahia

Aura Publicidade

Cesar Silveira (71) 3345-5600

csilveira@aurabahia.com.br

Paraná

Marisa Oliveira (41) 3027-8490

parana@editorasegmento.com.br

Rio de Janeiro

Heliane Antonello (21) 2226-5721

brasilia@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento

Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,

CEP 05030-000, São Paulo, SP

Tels.: (11) 3879-8200 / 3879-8228

Fax: (11) 3879-8203

www.editorasegmento.com.br

Abril/2006

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Maior integração com as entidades regionais

Monti:
Trabalharemos para que os prefeitos estejam próximos da entidade e usufruam de tudo o que fazemos em prol dos municípios



Reinaldo Vaz

Presidente da APM faz seu balanço sobre o 50º Congresso e fala sobre importantes questões municipalistas e os próximos projetos da Associação

Associação, como segundo secretário.

Desde então, Monti tem se disposto a lutar pelas causas municipalistas e, hoje, à frente da APM promete dar continuidade ao bom trabalho desenvolvido até agora e se aproximar ainda mais dos prefeitos de São Paulo, aumentando o relacionamento com as entidades regionais de todo o Estado.

Como foi para o senhor ter a responsabilidade de administrar uma cidade com apenas 25 anos?

Ser prefeito, independentemente da idade, é um desafio muito grande. O prefeito vivencia durante seu mandato diversas situações que o colocam num desafio e, ao mesmo tempo, em um aprendizado em diversas áreas. Ele acaba aprendendo um pouco sobre obras, projetos, os procedimentos na área da saúde e da educação.

Um prefeito com pouca experiência é uma experiência que vem pelo fato de eu ter tido uma boa base educacional

Eleito aos 25 anos como prefeito de São Manuel, interior de São Paulo, Marcos Monti deparou-se com a responsabilidade de gerir a cidade em que nasceu.

A responsabilidade do

cargo foi embasada pela educação que recebeu dos pais e o incentivo para ingressar na carreira política veio do irmão, que começou na vida pública ainda mais cedo, com apenas 21 – e já está em seu segundo mandato como

deputado federal.

O relacionamento com a Associação Paulista de Municípios também vem dessa época, quando o então presidente da entidade, Wilson José, o convidou para compor a diretoria da

na minha família, me propiciou exercer o mandato com muita seriedade e responsabilidade.

Acho que a educação que recebi dos meus pais foi fundamental, não só no exercício do mandato de prefeito, mas em todas as posições que eu ocupei até hoje.

Qual a sua opinião a respeito do Pacto Federativo, tendo em vista a carga cada vez maior de serviços básicos sob responsabilidade das prefeituras?

Em 1988, foi aprovada a atual Constituição Federal que trouxe uma nova repartição do bolo tributário, em que os municípios foram muito beneficiados. De tudo que é arrecadado pela união, Estados e municípios, 19% ficava para os municípios. Hoje, essa realidade é totalmente diferente. Nós temos praticamente quase 18 anos da aprovação da Constituição, e, cerca de 16 anos depois, a participação dos municípios está em torno de 14%.

Com a Constituição de 1988, os municípios também receberam mais autonomia e responsabilidade nessas áreas básicas, como educação e saúde. O que acontece hoje é que o município não está mais conseguindo ter uma

resposta efetiva para com a população de todas as responsabilidades que ele assumiu. Então, o que nós estamos discutindo hoje no movimento municipalista é a regulamentação do artigo 23 da Constituição, que é a atribuição dos deveres de cada ente federado.

O movimento municipalista não briga só para que o município tenha mais recursos, nós estamos brigando para a definição do Pacto Federativo. Nós queremos receber mais recursos e queremos também ter definido quais são as nossas responsabilidades.

A definição do Pacto é importante e, a partir daí, se dividir os recursos para que cada ente federado cumpra com suas atribuições.

Com relação à segurança pública, qual seria a melhor maneira para se reduzir os índices de violência nas cidades? Mais investimento do Estado, integração entre as forças policiais ou mais recursos para se investir na Guarda Municipal?

As guardas municipais foram criadas principalmente para cuidar dos prédios próprios, das praças e dos bens dos municípios. Nas grandes cidades, devido ao aumento do índice de violência, você vê uma ação

mais efetiva das guardas municipais, no sentido até de colaborar com a Polícia Militar. Mas é importante a gente frisar que a questão da segurança pública é dever do Estado. É ele que realmente tem que atuar. O município quando pode colaborar, se integrar, é importante. Até para dar mais segurança ao munícipe. Quando não há atrito entre a guarda municipal, a polícia civil e a militar, essa integração é perfeita.

O movimento municipalista não luta para que se tenha mais recursos, mas pela definição do Pacto Federativo

Na verdade, sou favorável à guarda municipal, a questão da segurança é um assunto que temos de estar debatendo no movimento municipalista e, num futuro, não sei se próximo ou distante, acredito que este é um serviço que tende a ficar sob responsabilidade do município.

Durante o 50º Congresso Estadual de Municípios foi lançado o E.Dipam. O senhor acha que a nova ferramenta contribuirá para uma melhor contribuição de ICMS entre as cidades?

As Dipams são infor-

mações que as empresas instaladas no município prestam à Fazenda e, de acordo com elas, se estabelece o índice de participação dos municípios na cota parte do ICMS.

Acho que esse trabalho mais transparente é de suma importância porque algum município pode estar sendo prejudicado por alguma empresa que pode não estar declarando corretamente, e isso prejudica sua arrecadação. Eu acho que essa é

uma iniciativa muito positiva da secretaria da Fazenda e que traz mais segurança para o prefeito que sabe que pode contar com esse sistema para estar sempre trabalhando o seu índice de participação. O prefeito tem mais acesso e pode discutir com a secretaria se essa informação está correta ou não.

Meio ambiente também foi um assunto amplamente abordado durante o Congresso, onde, inclusive, foi lançado o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais. Como ele

funcionará e com quais objetivos?

Esse programa é um convênio da APM com o Ministério do Meio Ambiente, em que a APM vai ser a gestora. A partir de maio, capacitaremos 200 municípios do estado de São Paulo, para que se possa criar a comissão municipal do meio ambiente e, através dessa comissão, autuar e informar empresas ou pessoas interessadas na questão do meio ambiente.

Os municípios foram escolhidos num critério muito rigoroso, sem questões partidárias, foi uma escolha técnica. Porém, é importante frisar que todos os municípios terão a oportunidade de oferecer técnicos para esta capacitação, e isso vai acontecer ao longo dos próximos anos.

Com esta iniciativa, a entidade marca um ponto muito importante porque está proporcionando aos municípios que eles tenham técnicos capacitados para trabalhar nessa área que é tão relevante para a sobrevivência de todo ser humano.

Qual o balanço que o senhor faz sobre o 50º Congresso Estadual de Municípios?

O Congresso foi um sucesso. Recorde de público, não só de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, mas de expositores e de pessoas que estavam interessadas em conhecer o movimento municipalista, secretários e diretores municipais. Enfim, foi realmente uma participação expressiva. Eu diria que foi o maior congresso que já realizamos até hoje. Tivemos a nova experiência de trazer palestras de pessoas conhecidas da sociedade, de fora da política,

Queremos interagir com as entidades regionais para que o prefeito esteja informado de tudo o que acontece

que tiveram a oportunidade de conhecer o nosso evento e proporcionaram diferentes pontos de vista aos nossos congressistas.

Eu acho que temos de manter esse novo formato em nossos eventos porque todo mundo tem sempre a aprender, e essa troca de experiências é o mais importante dos nossos congressos. É onde os agentes políticos têm oportunidade de conversar, trocar idéias e escutar posicionamentos que podem contribuir durante sua gestão no município.

Quais são os próximos projetos da APM?

Nós já temos agendado para este ano o nosso congresso de tecnologia, o CBTIM, que é um congresso mais técnico, onde nós apresentamos as ferramentas de informática disponíveis para as prefeituras, seja na área de educação, saúde, geoprocessamento, arrecadação ou melhoria da gestão.

Este é um congresso importante, direcionado mais aos técnicos das

prefeituras ligados à informática, pois através da tecnologia da informação o prefeito pode melhorar a sua arrecadação, sua gestão, agilizar a máquina administrativa e ter um maior controle de toda a máquina.

Ainda neste primeiro semestre, vamos promover alguns cursos de capacitação em áreas que achamos ser importantes para o município. Um deles é com relação a protocolo, formação de mesa, composição, pois acho que todos os municípios se deparam com algum

problema nesse sentido.

Outro evento importante é a IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que acontecerá de 25 a 27 de abril, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Temos uma pauta bem extensa, a APM está apoiando essa Marcha, estamos em contato direto com a CNM, que é quem faz as articulações através das entidades estaduais e nós estamos trabalhando para promover essa articulação junto aos prefeitos de São Paulo para estarem presentes lá.

Além disso, pretendemos este ano ter uma aproximação mais efetiva com as entidades regionais, por meio de um contato mais direto com o presidente de cada uma. Queremos interagir para que o prefeito esteja informado de tudo o que está acontecendo neste movimento e, com isso, queremos trazer os prefeitos mais próximos da entidade para que eles possam usufruir de tudo que a gente faz em prol dos municípios de São Paulo. Este é um trabalho que se inicia este ano, a partir do ano que vem implementaremos ainda mais essa atuação do movimento municipalista. ■■

A Educação em diálogo com o mundo

O Sigma surgiu no final de 1990. Foi criado em meio a mudanças propostas pela Conferência de Jointem, na Tailândia, realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Acompanhando o novo caminho da Educação, o Sistema baseia-se em quatro eixos: o ser, o conviver, o fazer e o aprender, trabalhados em atividades selecionadas que aliam o conhecimento a propostas desafiadoras e significativas. As ilustrações e os encaminhamentos sugeridos nos temas abordados objetivam a construção de um estudante investigador, ativo, criativo e responsável.

O Sigma foi criado com a consciência de ser escrito para todo o Brasil, portanto aborda diferentes aspectos regionais, culturais, raciais, religiosos e de gênero.



Material

O material didático foi elaborado por educadores comprometidos com as mudanças e tendências adotadas para a educação nacional, baseados em suas experiências cotidianas em escolas como professores, coordenadores ou formadores.

Os materiais possuem um projeto gráfico moderno, caracterizado especialmente pela leveza com que são integrados textos, ilustrações e espaços.

Educação Infantil

A equipe que elaborou as atividades de Educação Infantil partiu de experiências em sala de aula e de teorias de educadores como Piaget, Vigotsky, Ferreiro, Wallon entre outros.

O Sigma tem o objetivo de oferecer o melhor ao aluno, bem como subsídios que facilitem o trabalho docente, contribuindo para a formação de crianças que tenham uma boa imagem própria, sintam prazer em ler e escrever e desenvolvam uma boa oralidade.

O material é composto por atividades adequadas a cada faixa etária e por um kit com itens necessários à realização das mesmas, como lixa, folhas de recorte, jogos em papel-cartão e papéis coloridos.

O Maternal e o Jardim I são apresentados em folhas individuais com tamanho que facilita o manuseio.

Ensino Fundamental

São resultados desse segmento de ensino a elevação da auto-estima, o gosto pela investigação e a continuidade do desenvolvimento da escrita, leitura e oralidade. O material é dividido em quatro apostilas-caderno por série.

Alguns Diferenciais

- Estudo de caso: educandos são colocados em situações do cotidiano para que, individualmente ou em grupo, proponham soluções.
- Leitura complementar: textos de aprofundamento associados aos temas transversais.
- Matemática no cotidiano: aproxima o componente curricular ao dia-a-dia do estudante, permitindo um trabalho interdisciplinar.
- História: tratada por temas, favorecendo a compreensão do processo histórico como um todo.

Ensino Médio

Oferecemos:

- encontro pedagógico para implantação do material no município;
- capacitação para o corpo docente no município;
- atendimento pedagógico para professores, coordenadores e diretores no município;
- acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno;
- suporte pedagógico pelo sistema 0800.

SISTEMA
Sigma
DE ENSINO

Municípios. A força de uma nação

Mais de 8 mil congressistas prestigiam o Jubileu de Ouro do Congresso Estadual de Municípios

Por Camila Plati

O 50º Congresso Estadual de Municípios foi um sucesso. A participação de mais de 8 mil congressistas, incluindo prefeitos e vice-prefeitos, deputados, vereadores, assessores e agentes políticos, entre outros, levou o evento a bater seus recordes de público e superar suas expectativas iniciais.

Com o tema “Comemorando o Passado e Projetando o Futuro”, o objetivo do Congresso – realizado entre 20 e 25 de março no Hotel Casa Grande, no Guarujá – foi trabalhar duramente na reflexão, discussão e busca de soluções para os desafios e, nas horas vagas, festejar o marco de quinquagésimo evento sem interrupção, obtendo vitórias memoráveis em favor da causa municipalista.

A proximidade do evento com a data limite para a desincompatibilização de cargos públicos para os candidatos às próximas eleições fez do assunto pauta relevante, na opinião do ex-presidente da APM Celso Giglio – ele próprio deixou o cargo em 31 de março para se candidatar a deputado estadual, tendo sido substituído por Marcos Monti, atual presidente da entidade.

Paulo Uras



Com o tema “Comemorando o Passado e Projetando o Futuro”, Congresso festeja o marco de quinquagésimo evento

SESSÃO SOLENE

A sessão solene de abertura contou com a presença do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Rodrigo Garcia, e do presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Robson Marinho, que destacou a relevância desse evento aos gestores municipais do Estado.

Durante a cerimônia, Giglio ressaltou a seriedade da entidade, assim como suas ações diretas.

nacional caísse para 13% – exatamente o mesmo montante da década de 30 do século passado. O governo federal também foi mencionado. “A criação de pacotes cheios de ações bondosas em ano de eleição é feita às custas de recursos municipais”, disparou o ex-presidente. “É injusto que se culpem os municípios pela formação da dívida pública, e que se obrigue a romaria de prefeitos a Brasília, com o chapéu na

e que o governo precisa dar mais importância aos prefeitos e vereadores, pois o fortalecimento dos municípios é primordial para o bom desenvolvimento de um país.

“Os países que conseguiram sucesso foram os que fortaleceram seus próprios municípios, como é o caso dos Estados Unidos e da Alemanha. Esse é um dos grandes desafios atuais do Brasil”, disse o ex-presidente da APM Orestes Quércia.

Com 190 stands na exposição paralela, montada no próprio hotel, ao todo foram mais de mil pessoas participando do atendimento aos congressistas, além de mais cerca de 200 pessoas que cumpriram tarefas de apoio.

Para a data especial, o prefeito do Guarujá, Farid Said Madi não poupou esforços e transformou a sede do evento numa fortaleza, rodeada de seguranças para garantir

Fotos: Ismael Francisco



Cerimônia de abertura contou com a presença de diversas autoridades, como o deputado Rodrigo Garcia, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, e Robson Marinho, presidente do Tribunal de Contas do Estado

O ex-presidente lembrou que num país jovem como o Brasil, no qual o Estado se confunde com a nação, poucas instituições da sociedade civil podem ostentar uma história de cinquenta anos de lutas e vitórias.

Giglio criticou a política de criar contribuições que ficam fora da repartição do fundo de participação dos municípios, que fez com que a parcela da renda pública

"Um dos grandes desafios do Brasil é fortalecer seus municípios"
Orestes Quércia

mão, em busca de mais recursos.”

O ex-governador do Estado de São Paulo, Orestes Quércia, também marcou presença no Congresso. Ele, que já presidiu a APM, afirma que a arrecadação atual dos municípios é muito baixa

INOVAÇÕES

Esta edição do Congresso Estadual de Municípios apresentou inovações em relação aos encontros anteriores, como as dimensões do evento, o número de pessoas envolvidas em sua realização e a segurança oferecida pela prefeitura do Guarujá.

a tranquilidade de tantas autoridades. “Este é um momento importante para o cenário político nacional e para a Associação”, declarou o prefeito Madi. “Fico feliz de ter sido o anfitrião dos 50 anos do Congresso. A entidade é extremamente relevante para todos os municípios do Estado e todos aqui estavam sedentos por dados e informações que deverão ser colocados em prática em suas cidades.”

Soluções em debate

Temas diversos e personalidades de diferentes áreas nas mesas e apresentações do 50º Congresso Estadual de Municípios

Agrade do Congresso deste ano foi elaborada com painéis diversos, abordando temas de todas as áreas da administração pública, com a presença de secretários estaduais, proporcionando um diálogo aberto, direto e franco com todos os participantes.

Como parte das comemorações, a APM ofere-

ceu um presente aos congressistas: palestras especiais batizadas "Momento Cultural APM", em que convidados de respeitabilidade e renome nacional abordaram temas como Educação, Cultura, Imprensa, Saúde e História Política do Brasil. A oportunidade diferenciada de ampliar a diversidade de informações e conhecer

o ponto de vista de cidadãos não relacionados à função política agradou a todos.

Já a Programação Especial, que aconteceu paralelamente à grade das reuniões plenárias, foi destinada a primeiras-damas e presidentes de Fundos Sociais Municipais de Solidariedade e destacou, especialmente, assuntos

sobre o papel da mulher na sociedade, como sua evolução na política nos últimos 50 anos, gravidez na adolescência e implementação e ampliação de Conselhos Municipais de Direitos da Mulher

Conheça a seguir os principais destaques da programação do 50º Congresso Estadual de Municípios. ❖

PACTO FEDERATIVO

O bolo tributário

Assunto constantemente em pauta nos debates dos Congressos, o Pacto Federativo mais uma vez foi motivo de discussões entre representantes da administração pública, interessados em abordar as falhas que ainda existem no plano das relações federativas.

De acordo com estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), a União e os Estados estão se ausentando de suas

responsabilidades, sobre-carregando as prefeituras, sem a devida contrapartida para materializar corretamente tais missões.

De acordo com Celso Giglio, prefeitos e vereadores em todo o país sentem-se discriminados com a avalanche de responsabilidades originariamente destinadas aos municípios, sem a devida remuneração para cumprir com tais encargos.

O então governador do Estado e atual candidato à

Presidência da República, Geraldo Alckmin, também ressaltou a importância de o governo federal respeitar o Pacto Federativo e gerar iniciativas conjuntas com responsabilidades bem definidas para os estados e municípios. "Temos de recuperar o Pacto. Os problemas da comunidade precisam ser resolvidos por aqueles administradores que estão ao lado do fato, aqueles que sentem o problema", afirma Alckmin. ❖



"Os problemas da comunidade têm de ser resolvidos por aqueles administradores que estão ao lado do fato, aqueles que sentem o problema."
Geraldo Alckmin, ex-governador e atual candidato à Presidência da República

"Prefeitos e vereadores em todo o país sentem-se discriminados com a avalanche de responsabilidades atribuídas aos municípios, sem remuneração para cumprir com tais encargos."
Celso Giglio, ex-presidente da APM

Autonomia para licenciar

O dia Mundial da Água, 22 de março, serviu de inspiração para que o 50º Congresso Estadual de Municípios fosse palco de debates e discussões sobre questões relacionadas ao meio ambiente.

Ao longo do dia, os congressistas tiveram a oportunidade de participar da palestra com o coordenador da Comissão Tripartite de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fredmar Côrrea, e conhecer o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais, uma iniciativa da Comissão Tripartite formada pelo Ibama, pela Cetesb e pela APM, que foi escolhida para ser a gestora do curso no Estado de São Paulo.

O Programa, que terá início em maio, oferecerá cursos de capacitação para cinco representantes de 200 municípios paulistas, totalizando mil participantes. Segundo Côrrea, a intenção é formar profissionais capazes de planejar o desenvolvimento sustentável de suas regiões, além de reforçarem os conselhos

municipais de meio ambiente já existentes ou criar novos órgãos nas localidades que não os possuem. O Programa tem financiamento federal e conta com R\$ 650 mil de recursos para o Estado e R\$ 7 milhões para todo o Brasil.

AUSÊNCIA NO DEBATE

Apesar do debate sobre a qualidade de água no Estado de São Paulo ser um dos temas que não poderiam ficar de fora do 50º Congresso, nenhum representante da Sabesp esteve no evento para ouvir as reclamações dos prefeitos presentes, que cobravam soluções.

Coube a Lineu José Bassoi, diretor da Companhia de Tecnologia de Saneamento (Cetesb), fornecer um quadro das condições dos corpos d'água no Estado, citando avanços legais e técnicos para o monitoramento dessas condições. Ele apresentou um estudo sobre tratamento de esgoto das regiões metropolitanas e destacou que apenas 60% da Baixada Santista têm esgoto tratado. Bassoi disse,



ainda, que até o fim do ano a companhia disponibilizará na internet um banco de dados com todos os índices de avaliação.

Também durante o evento, o ex-presidente da Cetesb, Rubens Lara, lançou o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domésticos de 2005. O documento apresentado contém o Índice de Qualidade de Resíduos (IQR), que mostra uma melhora na qualidade de água em relação ao ano anterior. Em 2004, o IQR foi de 7,00, enquanto que em 2005 ele subiu para 7,36. Essa evolução é ainda maior quando comparada com 1997, quando o IQR medido era de 4,04.

NO CONTEXTO AMBIENTAL

A participação mais efetiva dos municípios dentro do contexto ambiental foi o foco da apresentação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) aos participantes

do Congresso.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 5.600 municípios do Brasil, cerca de 8% contam com Conselho Municipal de Meio Ambiente, fonte de recursos financeiros específicos e legislação ambiental. Nessa ordem, 66% das cidades não têm conselho, 82% não captam recursos para o setor e, por fim, 58% não contam com leis específicas sobre meio ambiente.

De acordo com Volney Zanardi, diretor do departamento de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente, a consciência sobre meio ambiente nos três poderes tem crescido nos últimos anos, mas ainda falta integração entre eles para que haja melhor articulação. Uma das opções é a formação de equipes interdisciplinares, como as tripartites municipais. ■■

AGRICULTURA

Mais atenção aos menores

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou no Congresso que está sendo desenvolvida uma nova forma de coletar dados e contar a população de cada município.

Dentre as inovações, que passarão a fazer parte do processo de planejamento, está a forma de recenseamento para municípios com menos

de 170 mil habitantes. De acordo com o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, será dado um enfoque maior aos municípios que dependem do Fundo de Participação dos Municípios e, apesar de o próximo censo nacional só ocorrer em 2010, o trabalho começará a ser feito já no ano que vem. Além da nova forma de coletar dados, o processo inclui a criação, em cada

cidade, de sociedades locais formadas por agentes municipais e representantes da sociedade civil.

O então presidente da Associação Paulista de Municípios, dr. Celso Giglio, aprovou a medida. "Tenho confiança de que com a forma aperfeiçoada de aferir a população, a participação de cada um deles no Fundo reflita as reais necessidades locais", garantiu. ❧



"Vamos enfocar municípios que dependem do Fundo de participação dos Municípios."

Eduardo Pereira Nunes, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



"Tenho confiança de que com a forma aperfeiçoada de aferir a população, a participação de cada um deles no Fundo reflita as reais necessidades locais"

Celso Giglio, ex-presidente da APM

FAZENDA

Fatia de ICMS

O diretor de Arrecadação da Coordenação da Administração Tributária (CAT) – órgão ligado à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo –, Ademar Fogaça Pereira, aproveitou o Congresso para o lançamento do E.Dipam, ferramenta que estabelece a quantia de ICMS a ser repassada para cada prefeitura e vai facilitar a participação dos municípios na definição

desse índice.

Atualmente, do total do ICMS arrecadado pelo Estado, 25% vão para o conjunto dos municípios, e é através do Índice de Participação dos Municípios (Dipam) que é definida a quantia a ser repassada para cada cidade.

O E.Dipam leva em conta diversos dados dos municípios na formação do índice, como população e áreas cultivadas. Com a

ferramenta, as prefeituras e os contribuintes podem monitorar remotamente a definição do índice e, se for o caso, contestar seus dados. O novo sistema permite o acesso *on-line*, o que facilita e agiliza a participação dos interessados. Atualmente, o município tem apenas 30 dias para estudar o índice, verificar toda sua arrecadação e contestá-lo – prazo que não é suficiente na maioria das vezes. ❧

"Hoje, os municípios têm apenas 30 dias para contestar o Dipam. Com a nova ferramenta, todo o processo de produção desse índice poderá ser acompanhado on-line."

Ademar Fogaça, diretor de Arrecadação da Coordenação da Administração Tributária (CAT)

Trabalho em conjunto

Os municípios paulistas participaram ativamente nas áreas de Assistência Social e Trabalho durante o governo Geraldo Alckmin. Esse foi o saldo do debate entre a secretária de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social, Maria Helena Guimarães de Castro, e o secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Walter Caveanha.

Em 2005, o governo do Estado repassou R\$ 112 milhões aos municípios

para projetos de assistência social, contra R\$ 4,7 milhões federais. Na opinião da secretária, isso demonstra a confiança, por parte do governo estadual, na gestão de assistência social dos municípios. Em São Paulo, de acordo com Maria Helena, apenas 20 municípios não estão capacitados para fazer essa gestão, de um total de 645.

A situação é semelhante na Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho. Segundo o

secretário Walter Caveanha, todos os projetos da Secretaria são feitos em parceria com as prefeituras. Ele ressalta, ainda, que os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) são o melhor observatório para os prefeitos verificarem a situação de trabalho e renda de suas cidades e praticar políticas nessas áreas. Hoje, existem 204 postos em todo o Estado, onde são feitas as intermediações com as empresas e os programas de capacitação profissional. ::



"O investimento do Estado nos municípios mostra que confiamos nas prefeituras para fazer sua gestão de assistência social."
Maria Helena Guimarães de Castro, secretária estadual da Assistência e Desenvolvimento Social



"Os PATs são o melhor observatório para os prefeitos verificarem a situação de trabalho e renda de suas cidades e praticar políticas nessas áreas."
Walter Caveanha, secretário estadual de Emprego e Relações do Trabalho

HABITAÇÃO

Novas moradias

Em 2006, serão entregues 26 mil novas unidades de moradia popular para combater o déficit habitacional do Estado de 750 mil unidades. Só no ano passado, foram entregues 20.519 unidades por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e, atualmente, há 48 mil moradias em construção.

Os números foram

apresentados pelo então secretário da estado de Habitação de São Paulo, Emanuel Fernandes, em entrevista coletiva no 50º Congresso Estadual de Municípios, ressaltando o orçamento da pasta que é de R\$ 1 bilhão.

O ex-secretário destacou, ainda, que será priorizado o financiamento de casas para famílias não contempladas com a linha de crédito federal, que depende do

FGTS, e que ganham de um a três salários mínimos. Dessa forma, a informalidade nesse tipo de transação diminuirá e as famílias terão mais facilidade, já que o subsídio é a fundo perdido e o morador paga apenas 15% do valor, financiado por 25 anos.

Segundo Fernandes, a secretaria quer fazer parcerias com as prefeituras, e todo município que oferecer um terreno terá um projeto. ::



"Nós procuramos trabalhar com as prefeituras porque são elas que têm o poder sobre o solo e, só em conjunto, podemos fazer as moradias."
Emanuel Fernandes, secretário estadual do Habitação de São Paulo

LEGISLATIVO

Corrigindo distorções

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do deputado Pompêo de Mattos, que teve sua admissibilidade aprovada no dia 13 de dezembro de 2005 pela Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, estabelece nova composição e novos limites de gastos para as câmaras municipais, com o objetivo de corrigir distorções no número de vereadores.

O tema foi o escolhido pelo superintendente da União dos Vereadores do Brasil (UVB), José Escobar Cavalcanti, que informou que, de acordo com a PEC, o número de vereadores deve variar entre o mínimo de 7 e o máximo de 55, em 25 diferentes faixas, definidas pela quantidade de habitantes.

Apesar da diminuição de 9 para 7 vereadores nos

municípios com menos de 5 mil habitantes, como propõe a emenda, o superintendente argumentou que a mudança do número nos municípios maiores é interessante. Atualmente, o cálculo do número de vereadores é baseado em resolução aprovada em 2003 pelo Tribunal Superior Eleitoral, que cortou 8,5 mil vagas nas câmaras de todo o país. ::



"O vereador é aquele que vê a dor do povo. Nós precisamos lutar pelo engrandecimento da política nacional, por meio do vereador."
José Escobar Cavalcanti, superintendente da União dos Vereadores do Brasil (UVB)



"É fundamental que o Estado dê maior autonomia aos municípios para garantir que a polícia supra as necessidades de segurança pública."
Skandar Mussi, prefeito de Casa Branca

SEGURANÇA PÚBLICA

Mais união

Do ano de 2000 para cá, o número de roubo de veículos caiu de 235 mil para 111 mil e o número de homicídios foi reduzido de 12 mil homicídios por ano para 7 mil em 2005. Os dados foram fornecidos pelo coronel oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Elizeu Eclair Teixeira, que participou do painel sobre segurança pública.

Mesmo com estatísticas

otimistas, o assunto segurança foi amplamente abordado durante o Congresso. O prefeito de Casa Branca, Skandar Mussi, por exemplo, cobrou mais recursos do Estado para investir na polícia municipal.

Dr. Robson Barbosa, professor do Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo (Naípe - SP), propôs

maior colaboração entre as diferentes polícias, com incentivo à segurança cooperativa nos municípios unindo interesses comuns entre as polícias militar e civil, com estratégia comum entre as forças, além de transparência nas ações e integração operacional e não-operacional, como a preparação, o planejamento e a divulgação das ações da polícia. ::

"Essa união é fundamental para gerar confiança na população."
Dr. Robson Barbosa, professor do Naípe - SP

FIQUE POR DENTRO

Frases que fizeram a diferença durante o 50º Congresso



"Não temos condições de bater de porta em porta todo ano para atualizar nosso banco de dados."
Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE, durante anúncio de uma nova forma de coletar dados e contar a população de cada município

"Antigamente, nós vereadores lutávamos para ganhar. Hoje, lutamos para não perder."
Vereador Ademir Floriano, de Botucatu, durante debate no Pinga-fogo

"Não há país desenvolvido se o país não ler."
Cláudia Costin, ex-secretária da Cultura do Estado de São Paulo

"Só vamos conseguir ter respeito quando nos respeitarmos uns aos outros."
Vereador Paulo Pereira, de Hortolândia, durante debate no Pinga-fogo

"A questão ambiental não pode ser vista como um entrave para o desenvolvimento."
Volney Zanardi Jr., diretor de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente

"Por que a Cetesb não atua mais fortemente com a Sabesp?"
Etelvino Nogueira, presidente da Câmara Municipal de São Roque, questionando Lineu José Basso, diretor da Cetesb, durante sua palestra sobre Energia e Recursos Hídricos



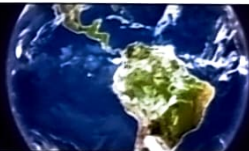
Fotos: Ismael Francisco

"Para que a política incentive a cultura, é preciso primeiro que os que a fazem tenham cultura."
Beatriz Segall, em sua palestra no Momento Cultural, quando tratou sobre a educação e a cultura no país



PUBLISYS

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA



PUBLISYS - SOLUÇÃO PARA A GESTÃO PÚBLICA

Imagine o Prefeito e os Secretários dispoñdo facilmente de informações preciosas tais como: os atendimentos da saúde, o estoque das farmácias, os alunos matriculados, a demanda e utilização do transporte, os atendimentos da área social e a arrecadação do IPTU. Agora imagine acessar todas estas informações sem sair de sua mesa. Atualizadas em tempo real.

O sistema de gestão PUBLISYS oferece uma série de recursos elevando a agilidade, diminuindo gastos e, principalmente, aumentando a eficiência da máquina pública. Comentamos abaixo algumas vantagens do PUBLISYS.

Modernização - Geração de relatórios volumosos e complexos, obrigatórios em diversas esferas do Governo. Atendimento do cidadão nas diversas secretarias através de biometria digital - leitura da digital dos dedos humanos - e de foto digital instantânea. O mesmo ocorre com o controle de ponto dos funcionários.

Geoprocessamento - Uma ferramenta indispensável. Todas as secretarias podem obter informações georeferenciadas através da visualização de foto aérea de alta resolução. A Saúde pode consultar os últimos casos de dengue e, visualmente, encontrar o possível foco da doença. A Educação pode visualizar as regiões com mais alunos permitindo uma redistribuição das salas de aula. O Tributário pode visualizar os imóveis com dívida de IPTU ou com irregularidades.

Saúde - Consultas médicas totalmente informatizadas. Os médicos tem acesso ao histórico do prontuário do paciente digitalizado. Os hospitais, Prontos-Socorros e Postos de Saúde estão "on-line". Consulta real do estoque de remédios das farmácias municipais. O SIGAB, a receita e o prontuário são automaticamente gerados e impressos pelo sistema, tendo total legibilidade.

Tributação - Geração do carnê do IPTU. Consulta da dívida dos imóveis incluindo anos anteriores. Carnê pode ser pago diretamente na Prefeitura e a baixa é gerada instantaneamente.

Social - O cidadão não é mais um número, e sim a chave para a administração. Cada cidadão faz parte do banco de dados que contém informações preciosas que possibilitam um controle efetivo e justo da distribuição de programas sociais.

GENERAL SYSTEMS - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

A General Systems é especializada em fornecer consultoria e assessoria para a administração pública e privada. Tecnologia e conhecimento são preocupações constantes da empresa e objetos de investimentos permanentes.

Com uma equipe altamente técnica e atualizada (engenheiros, economistas, advogados, analistas, administradores) utiliza-se de "know-how" próprio além de incorporar tecnologia "high-tec" por intermédio de "joint venture" com empresas estrangeiras. Esses aportes viabilizam a criação de soluções dimensionadas às necessidades específicas de nossos clientes.

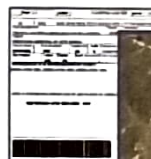
Criadora e detentora da tecnologia do software PUBLISYS, que integra as secretarias públicas em tempo real, utiliza base georeferenciada dos procedimentos e rotinas de um Ministério/Estado/Município.

A General Systems é também especialista no desenvolvimento do PMAT - Programa de Modernização da Arrecadação Tributária - do BNDES, de forma competente e responsável, capaz de alcançar uma modernização racional que aumenta a eficiência da arrecadação além de proporcionar maior economia dos gastos públicos, viabilizando os investimentos da modernização.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- ☒ direito tributário
- ☒ cursos e treinamentos
- ☒ projetos de engenharia
- ☒ pesquisa sócio-econômicas
- ☒ recadastramento imobiliário
- ☒ responsabilidade sócio-ambiental
- ☒ comunicação e monitoramento remoto
- ☒ sistemas de gestão e geoprocessamento
- ☒ projetos de redes e segurança de informática
- ☒ obtenção de linhas de crédito (BNDES, BID e outros)
- ☒ pesquisas e projetos com incentivos fiscais e participação de ONG's

IPTU



geoprocessamento

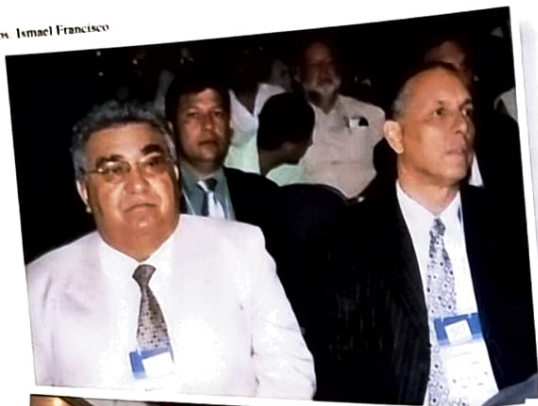


biometria e foto

GALERIA DE FOTOS

Momentos marcantes do 50º Congresso Estadual de Municípios

Fotos: Ismael Francisco

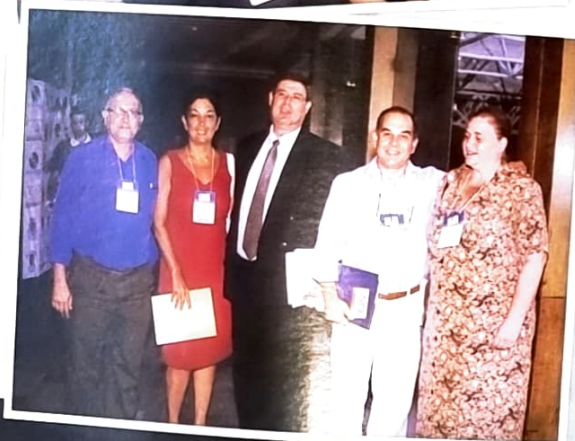


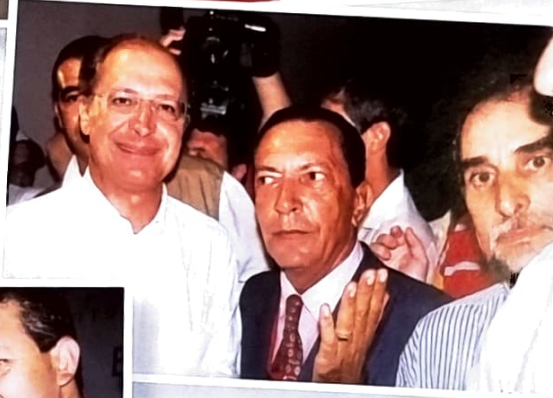
Caso você tenha alguma foto de eventos do Legislativo e Executivo de sua cidade e queira publicá-la, envie para ouvidoria@apaulista.org.br para uma avaliação e posterior publicação neste espaço.





GALERIA DE FOTOS





GALERIA DE FOTOS





MOMENTO CULTURAL

Agrade das reuniões plenárias do 50º Congresso Estadual de Municípios foi completada com uma série de palestras de personalidades de vários setores da sociedade. Entre os convidados, apresentaram-se o cronista Arnaldo Jabor, a atriz

Beatriz Segall, o médico infectologista David Uip, o jornalista Heródoto Barbeiro, o jornalista e coordenador pedagógico Gilberto Dimenstein, o professor Pasquale Cipro Neto e o economista e jornalista Joelson Betting.

Fotos: Ismael Francisco

"Não há nenhum setor tão conflituoso na relação com os jornalistas como o poder público. Para melhorar a sociedade, é preciso melhorar a imprensa. Isso só será possível se a sociedade for capaz de pisar no pé do jornalista."

Heródoto Barbeiro



"A tão esperada Copa do Mundo está chegando e a maioria dos brasileiros não consegue nem compreender o Hino Nacional. As escolas precisam formar alunos inteligentes que consigam refletir sobre um bom texto."

Pasquale Cipro Neto

"A Constituição Federal garante à população o direito à cultura e ao lazer, mas isso não ocorre na prática. Um país como o Brasil não precisa de um Ministério da Cultura, mas de bons ministros e secretários da Educação, a verdadeira raiz dos principais problemas que o país enfrenta."

Beatriz Segall

"Passamos atualmente por uma crise de formação das nossas instituições democráticas, um conflito entre o país colonial e o moderno, que mostra como é difícil e dolorida a real participação da sociedade na decisão de seus rumos. Enquanto na Europa discutia-se a participação da população na política, o Brasil foi colonizado com escravos e sem nenhuma autonomia em relação à colônia."

Arnaldo Jabor



"A área da saúde deveria ter 10% fixos da receita bruta do orçamento da União. Essa é a proposta do Projeto de Lei Complementar 01/2003, que tramita no Congresso Nacional, e que também define o destino desses recursos, o que evita desde o início que ele seja mal aplicado."

David Uip

"Três pontos são fundamentais para que a escola exerça papel transformador nas pequenas comunidades: o envolvimento das famílias para garantir a frequência dos alunos, a capacidade de liderança do diretor da escola e seu papel como incentivador dos professores, e o engajamento da comunidade na mobilização de pessoas para ações na própria escola."

Gilberto Dimenstein



"O fôlego do Brasil para arcar com a tributação é de 24% do PIB, mas somos obrigados a pagar 38%. A Argentina tem capacidade para pagar 29% e só paga 19%, os Estados Unidos poderiam arcar com 44%, mas só pagam 29%. Além disso, há uma variação sobre os encargos recolhidos, por exemplo, na indústria farmacêutica. Se eu entro na farmácia tossindo, pago mais de 20% de impostos nos remédios. Se entrar latindo, pago 14%."

Joelson Betting

Momento Cultural também contou com a presença de caricaturista



CARTA DE GUARUJÁ

Todas as teses, proposições, moções e os requerimentos que foram levados ao Congresso, após passarem pela análise do corpo técnico da APM e receberem o respectivo parecer, foram submetidos ao plenário e, os aprovados, fazem parte da Carta de Guarujá, aprovada no fim do evento e enviada às autoridades competentes do Estado e do país.

50º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

20 a 25 de março de 2006 – Hotel Casa Grande – Guarujá

CARTA DE GUARUJÁ

Cinquenta Congressos consecutivos, excepcional marca somente alcançada pela Associação Paulista de Municípios graças ao incansável espírito municipalista dos seus dirigentes e dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores de todas as épocas que, reunidos no Município de Guarujá, aprovaram esta CARTA que incorpora de todos os debates, todas as discussões, a síntese dos painéis temáticos, bem como as propostas aprovadas nas sessões plenárias.

Cinquenta anos de memoráveis conquistas, de inesquecíveis jornadas cívicas que tiveram como resultado significativas mudanças na Constituição de 69, com as emendas Passos Porto de 22/11/1983 e Airton Sandoval – 1985, que elevaram o percentual do Fundo de Participação dos Municípios de 11% para 17% e, gradativamente, para 22,5%.

As maiúsculas vitórias alcançadas na Carta de 88, começando pelo pioneiro reconhecimento dos Municípios como entes federativos, em condição de igualdade com os Estados e Distrito Federal, garantia constitucional complementada pela autonomia político-administrativa, pelo dever de editar suas respectivas leis orgânicas, verdadeiras constituições municipais, não podendo ser esquecido o substancial crescimento da participação dos municípios na arrecadação tributária nacional, alcançando, então, o patamar de 18% hoje reduzido, por razões sobejamente conhecidas, a não mais do que 13%.

É preciso avançar. O Brasil precisa crescer. Os Municípios querem crescer e retomar seu lugar no cenário nacional. O Brasil só deixará de ser emergente se os Municípios forem suficientemente fortes. Nação desenvolvida com Municípios fracos é utopia.

Os municipalistas esperam que o Congresso Nacional assuma suas responsabilidades, disciplinando as competências constitucionais relacionadas no artigo 23, condição necessária para concretizar o pacto federativo; discutindo e aprovando as reformas políticas e principalmente tributária, que já tramitam há 11 longos anos, causando enormes prejuízos à nação como um todo e aos Municípios que, cotidianamente, suportam o atual e perverso quadro de injustiça da partilha tributária.

Concluindo, um alerta: os dirigentes e técnicos municipalistas e suas entidades representativas estão apreensivos e repudiam recentes decisões judiciais, tanto quanto o manejo indiscriminado das ações de improbidade que, a toda evidência, vêm afrontando o princípio constitucional fundamental de independência entre os poderes.

Guarujá, 25 de março de 2006.

CELSO GIGLIO

Presidente da Associação Paulista de Municípios – APM

Prefeitura integra todos os setores

Município de Sete Barras, no interior de SP, adota *software* para agilizar atendimento e combater desperdício de recursos

Por Marcela Souza

Conhecer o desempenho escolar de cada aluno da rede municipal de ensino. Acompanhar consultas médicas e o estoque de remédios adquiridos pela Secretaria da Saúde. Mapear cada metro quadrado que delimita o território de uma cidade, otimizar a arrecadação do IPTU, controlar a distribuição

de recursos da Secretaria do Bem-Estar Social, interligar todas as secretarias em tempo real.

Estes são apenas alguns exemplos de como a tecnologia pode ser útil para a modernização da infraestrutura dos municípios. É o que a prefeitura de Sete Barras, no interior de São Paulo, por intermédio de seu prefeito, Ademir

Kabata, vem colocando em prática desde outubro de 2005, graças à visão empreendedora de seus gestores, sendo pioneira no Brasil na implantação de *software* totalmente integrado.

Trata-se do Sistema de Gestão Pública denominado "Publissys", desenvolvido pela empresa General Systems, iniciativa que busca integrar os diferentes departamentos da Prefeitura através da criação de um banco de dados único e compartilhado por todas as áreas, via geoprocessamento.

O primeiro passo para a implantação do projeto surgiu de uma parceria entre o município e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O banco possui uma linha de crédito específica para a modernização da gestão pública e disponibiliza cerca

de R\$ 18 por habitante para investimentos em tecnologia. Em contrapartida, a Prefeitura deve apresentar uma proposta detalhada dos setores que serão contemplados pelo financiamento, além de um cronograma de gastos efetuados ao longo do projeto.

No caso de Sete Barras, cidade com cerca de 14 mil habitantes, o montante obtido junto ao BNDES foi de R\$ 212 mil.

A empresa vencedora da licitação foi a General Systems, responsável pelo desenvolvimento do *software* geoprocessado que integra os diferentes campos de atuação das secretarias da Prefeitura.

BENEFÍCIOS EM VISTA

Segundo o analista de sistemas e responsável pela implantação do projeto em Sete Barras, os benefícios alcançados



Alex Silva

pela estruturação da administração compensam o capital investido. Valter Roberto de França afirma que apenas com o programa de mapeamento territorial via satélite – o geoprocessamento – foi possível recadastrar todos os imóveis existentes na cidade, além de identificar construções que estavam irregulares. “A arrecadação do IPTU cresceu 20% de outubro para cá. Só isso já paga os custos do financiamento do BNDES, acredita ele.

Outra vantagem obtida

Divulgação/Prefeitura de Sete Barras



O software possibilita eliminar inúmeros prontuários médicos de papel e aponta quando o paciente utilizou as redes municipal e estadual de Saúde

municipal, mas também priorizar a compra dos remédios mais utilizados pela população local.

A secretaria da Educação

um dos grandes diferenciais do projeto; se um aluno está faltando muito às aulas, a diretora da escola pode consultar o cadastro do estudante e saber se isso está ocorrendo porque o aluno está doente, se passou por uma UBS ou se está internado em um hospital.

Enquanto outros municípios do interior do Estado adotaram um cartão magnético distribuído para cada habitante da cidade, o sistema de identificação de Sete Barras é feito através de um leitor biométrico – aparelho que reconhece o usuário através da impressão digital.

Até agora, 10 mil habitantes da cidade já foram cadastrados pelo sistema, sem que houvesse uma convocação da Prefeitura. Essas pessoas utilizaram no dia-a-dia algum serviço da rede municipal e foram automaticamente

catalogadas. Através da identificação biométrica, a Prefeitura espera coibir fraudes e eliminar os custos de reimpressão de cartões magnéticos em caso de perda ou extravio.

Além da aquisição do software e dos leitores de impressão digital, parte do financiamento obtido junto ao BNDES também foi utilizada na renovação da frota dos veículos de fiscalização da prefeitura, na compra de novos microcomputadores e na capacitação dos servidores municipais. A prefeitura de Sete Barras estima que ainda sejam necessários outros R\$ 30 mil para equipar completamente todas as Secretarias municipais. A instalação do Sistema de Gestão Pública está concluída, mais ainda há estudos sobre outras possibilidades de aplicação deste software. ❖❖

O intercâmbio entre as Secretarias Municipais é um dos grandes diferenciais do projeto

com o desenvolvimento do software foi a criação de um cadastro de todos os cidadãos que utilizam as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Prontos-Socorro (PS) municipais. “O sistema elimina inúmeros prontuários médicos de papel, aponta quando o paciente utilizou as redes municipal e estadual de Saúde, traz o histórico de doenças familiares e até remédios fornecidos pela Prefeitura ao doente.” Com isso é possível não apenas controlar o estoque de medicamentos

de Sete Barras também está descobrindo as vantagens do cadastro unificado. Além de controlar a presença dos estudantes e ter acesso ao conteúdo adotado pelos professores em sala de aula, o cadastro possibilita conhecer melhor a realidade de cada uma das escolas municipais e identificar a demanda por vagas e transporte escolar específicos de cada bairro.

O responsável pela implantação do Sistema de Gestão Pública ressalta ainda que o intercâmbio entre as secretarias municipais é

APM sob nova direção

Celso Giglio deixa o cargo e Marcos Monti assume a presidência da Associação

“Mudará o piloto, mas o Boeing continuará o mesmo.” Foi assim que Celso Giglio passou seu cargo para o ex-prefeito de São Manuel, Marcos Monti, que assumiu a presidência da APM no dia 1º de abril.

Foram 10 anos de convivência e relacionamento entre presidente e vice, criando, assim, uma relação de amizade e respeito. “É com muita alegria e saudades que passo este posto a Marcos Monti, a quem considero como um filho”, completa Giglio.

Juntos desde a sede provisória da Associação, durante a cerimônia lembraram momentos que viveram, lutando pela causa municipalista.

“Nos preparamos para

assumir nossos cargos. Eu, como presidente, e o Marcos, como vice. Ficávamos em uma sede que só tinha uma cadeira. Mas que nunca deixou de cumprir o seu papel, de representar à altura os municípios paulistas”, recorda o ex-presidente.

Ao novo presidente coube os agradecimentos a todos que sempre estiveram presentes durante essa caminhada. “Eu tenho um apreço muito grande pelo Celso e por sua família. Depois de todo esse tempo de luta juntos, vocês já fazem parte da minha família também”, afirma Monti.

“A mim cabe uma responsabilidade muito grande. Dar continuidade ao trabalho bem feito que já temos, mas que sempre

podemos fazer mais, o que será muito bem-vindo, pois o movimento municipalista é uma ação contínua.”

Diversas autoridades estiveram presentes à cerimônia de posse para prestigiar o novo presidente, como seu irmão e deputado federal Milton Monti, o deputado estadual Pedro Tobias, o presidente do Memorial da América Latina, Fernando Leça e o vereador José Hanibal.

A Associação Paulista de Municípios também fez uma homenagem ao seu ex-presidente, Celso Giglio, que foi presenteado com uma placa com as palavras: “As marcas do que se foi não são maiores do que os sonhos que já temos.” ::

NOVA DIRETORIA

PRESIDENTE

Marcos Roberto Casquel Monti

1º VICE-PRESIDENTE

José Luiz Rodrigues

2º VICE-PRESIDENTE

Welson Gasparini

3º VICE-PRESIDENTE

Rubens Furlan

4º VICE-PRESIDENTE

Marcos José da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Antonio César Simão

1º SECRETÁRIO

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º SECRETÁRIO

Sebastião Misiara

3º SECRETÁRIO

Itamar Francisco Machado Borges

TESOUREIRO-GERAL

Carlos Alberto Cruz Filho

1º TESOUREIRO

José Ademir Infante Gutierrez

2º TESOUREIRO

Antonio Francelino

3º TESOUREIRO

João Buzzo

SECRETÁRIA EXECUTIVA

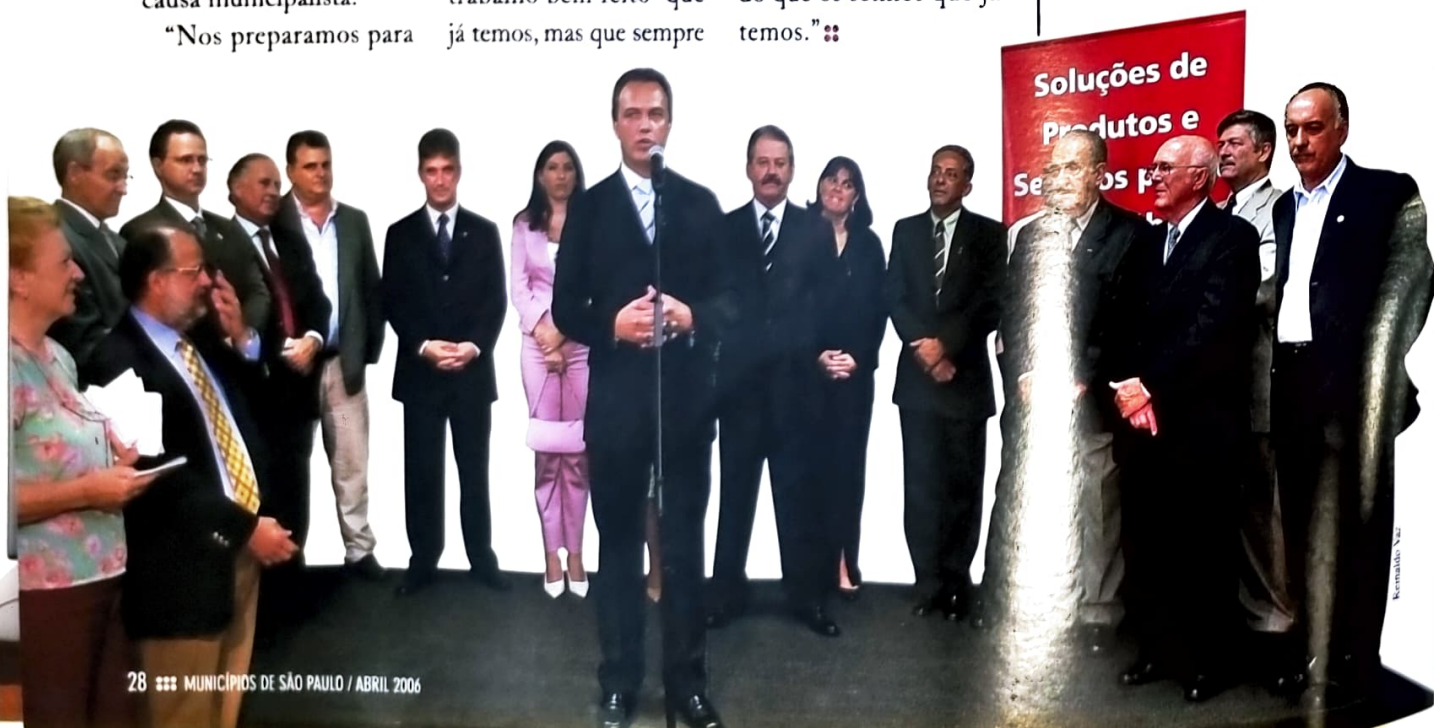
Dalva Christofolletti Paes da Silva

PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aquevique Antonio Nholla

VICE-PRESIDENTE

Délio Teruel



PROCURANDO POR SOLUÇÕES PARA MONITORAR A SUA CIDADE?

A Petcom é a parceira ideal para implantar o monitoramento eletrônico de vias urbanas em sua cidade.

FAÇA COMO A CIDADE DE PRAIA GRANDE - SP E ESCOLHA A PETCOM



CIDADE INTEGRADA
(VIDEO, DADOS E VOZ SOBRE IP)

- 200 CÂMERAS INSTALADAS
- 60 CÂMERAS NA ORLA DA PRAIA
- 3 ESCOLAS
- 5 UNIDADES DE SAÚDE
- 100KM DE FIBRA ÓPTICA

UM DOS MAIORES
PROJETOS DO BRASIL

22% DE REDUÇÃO EM ROUBOS E FURTOS EM TODA A CIDADE

CONTATE-NOS HOJE MESMO, LIGUE (11) 4615.9499 OU MOPU@PETCOM.COM.BR



**MONITORAMENTO ELETRÔNICO
DE VIAS URBANAS**

WWW.PETCOM.COM.BR

Vigilância assistida

Implantação de câmeras e integração das forças policiais têm colaborado para a diminuição de ações criminosas nos municípios de Praia Grande, Mogi das Cruzes, Jaguariúna e Santos

Por Antonio Carlos Santomauro

É cada dia mais visível o interesse dos municípios por uma atividade que, ao menos constitucionalmente, é responsabilidade exclusiva dos governos estaduais e federal: a segurança pública. Mas, atentas à importância desse serviço para as populações urbanas, mais e mais prefeituras buscam melhorá-lo desenvolvendo ações de apoio aos organismos legalmente designados para oferecê-lo. Entre elas,

destacam-se a integração das guardas municipais aos organismos policiais e a utilização de aparatos tecnológicos, especialmente câmeras, na vigilância dos espaços públicos.

Em relação ao emprego de câmeras, destaca-se hoje o município litorâneo de Praia Grande, onde há atualmente um dos mais grandiosos projetos brasileiros de vigilância eletrônica de locais

públicos. Lá, a Prefeitura instalou aproximadamente 1,2 mil câmeras – 210 em vias públicas e no calçadão da praia, e as demais em edifícios públicos, especialmente escolas e hospitais –, integradas por meio de uma estrutura de fibras óticas com mais de 190 quilômetros de extensão. As imagens das câmeras são acompanhadas por integrantes da Guarda Municipal em uma central com 42 monitores.

Batizado de Cidade

Integrada, o projeto começou a ser desenvolvido no ano 2000, mas as primeiras câmeras começaram a operar no final de 2002. E os resultados vêm sendo positivos, garante Alberto Rodrigues de Oliveira Neto, secretário de Planejamento de Praia Grande.

Em Mogi das Cruzes, o projeto de instalação de câmeras para monitoramento de espaços públicos ainda é mais modesto, em comparação ao que existe em Praia Grande. Estão atualmente alocadas em locais públicos 30 câmeras, sendo 16 na região central e as demais em bairros. As primeiras delas



Alex Silva

foram instaladas em 2002 e, as mais recentes, em junho do ano passado, quando houve também a inauguração da Ciemp (Central Integrada de Emergências Públicas), que, além do acompanhamento das imagens das câmeras, responde pelo atendimento das chamadas relacionadas à segurança pública e aos pedidos de ambulâncias, entre outras demandas.

Para Joaquim Weissaupt Perez, coordenador municipal de segurança

Cruzes quanto em Praia Grande o monitoramento das imagens geradas pelas câmeras é realizado por guardas municipais em centrais que contam com representantes da PM (Polícia Militar). A integração entre as forças da segurança municipal – cuja criação, aliás, constituiu um dos primeiros sinais da preocupação dos municípios com a segurança pública –, e os órgãos estaduais, a quem legalmente compete

A Prefeitura de Praia Grande instalou 1.200 câmeras em vias públicas e no calçadão da praia

de Mogi das Cruzes, o monitoramento de locais públicos por câmeras constitui atualmente um dos mais eficazes métodos de combate à violência.

COMBINANDO FORÇAS

Tanto em Mogi das

zelar por essa segurança, é outra vertente do atual movimento de incursão das prefeituras na oferta desse serviço.

Essa integração já torna responsável uma equipe de telefonistas da prefeitura de Jaguariúna, desde 2001, pelo atendimento das chamadas ao telefone 190, normalmente operado pela PM. As operadoras inserem as informações



Divulgação

Abreu Filho: Integração aumenta a segurança

recebidas em uma rede informatizada que é imediatamente acessada por representantes da guarda municipal e da PM. “Eles decidem, em comum acordo, a quem cabe atender à ocorrência”, conta Olivo Grando Filho, secretário de Defesa Civil de Jaguariúna.

Segundo ele, a operacionalização local do fone 190 além de reduzir os índices de violência presta outro serviço à prefeitura:

“Ela passa, assim como a polícia, a ter acesso diário às informações relativas às ocorrências e pode saber onde há mais problemas de segurança”, detalha.

No município de Santos, também há um processo de integração da estrutura local de segurança às polícias Civil e Militar, afirma Renato Penteado Perrenoud, secretário municipal de segurança da cidade. Segundo ele, a integração toma forma por meio do apoio às forças policiais, retratado inclusive pela utilização do poder de fiscalização da prefeitura como ingrediente auxiliar no combate à violência. “Criamos uma força-tarefa que apóia a polícia com

ações das equipes de meio ambiente, alvará e fiscalização





sanitária, entre outras", diz Perrenoud.

De acordo com Perrenoud, essa força-tarefa foi estruturada após a criação, no final do ano passado, da Secretaria Municipal de Segurança de Santos. Entre outras ações, a secretaria encomendou um diagnóstico da segurança no

município a uma empresa especializada, desenvolveu ações educativas e instalou câmeras de segurança na orla marítima. "Mesmo não dispondo de estatísticas, posso dizer que nossas ações contribuíram para reduzir as ocorrências criminais na cidade. Na orla marítima, por exemplo, não tivemos nenhum homicídio no último verão", acrescenta.

MUNICÍPIOS VS. ESTADO

A integração entre as guardas municipais e as polícias, e a utilização de equipamentos para o monitoramento de espaços públicos, são iniciativas capazes de contribuir para a redução da violência urbana, acredita Saulo de Castro Abreu Filho, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. "A integração aumenta a eficácia do sistema de segurança", ele diz. "As câmeras melhoram o poder de vigilância, mas não é função do policial militar ou civil fazer o monitoramento. A prefeitura pode colaborar colocando um agente municipal analisando as

A integração entre as forças de segurança é uma vertente do movimento das prefeituras na oferta desse serviço

imagens e acionando o policial, sempre que for necessário localizar e prender alguém", acrescenta Abreu Filho.

Carlos Eduardo Braga, presidente da AGMESP (Associação das Guardas Municipais do Estado de São Paulo), também considera válidas as ações municipais de segurança pública, pois a integração entre tecnologia, guardas municipais e forças policiais gera uma escala de recursos



Central em Mogi das Cruzes: Acompanhamento de imagens e recebimento de chamadas

capaz de tornar mais eficaz o combate à violência. Mas ele recomenda: antes de investir em equipamentos, as prefeituras devem desenvolver projetos básicos de sistemas de monitoramento, que, além de serem exigidos pela legislação relativa

tingente da guarda municipal está sendo aumentado de 51 para 75 integrantes e será criado o canil da instituição. Ele defende a presença mais incisiva dos municípios na manutenção da segurança pública: "Assim como já ocorreu com a saúde e a educação, a segurança deverá, necessariamente, ser municipalizada", avalia Grando Filho.

Mas, para Perrenoud, de Santos, as prefeituras não podem invadir a competência dos governos estaduais e federal na administração da segurança pública, mesmo que devam apoiar e interagir com as estruturas dedicadas a esse serviço. "Elas têm um forte poder de polícia administrativa. E, com os órgãos de segurança, mesmo estimulá-los a cumprir bem seu papel", afirma Perrenoud. Segundo o orçamento destinado à Secretaria de Segurança

às licitações, colaboram para a racionalização do investimento. Além disso, na opinião de Braga, "os municípios precisam elaborar projetos de segurança pública que contemplem o curto, o médio e o longo prazo".

Atentas, porém, à possibilidade de contribuir para a segurança em seus municípios, as prefeituras ampliam os investimentos relacionados a esse serviço.

Em Jaguariúna, de acordo com Grando Filho, o con-

de Santos no decorrer de 2006 – seu primeiro ano de existência – atinge R\$ 6 milhões.

APOIO POPULAR

A mesma quantia destinada este ano à Secretaria de Segurança de Santos – R\$ 6 milhões – foi investida até agora pela prefeitura de Praia Grande no projeto Cidade Integrada. E, de acordo com Oliveira Neto, a população local aprova o sistema de monitoração dos locais públicos associados a esse projeto. “Nunca recebemos nenhuma crítica relativa a uma possível invasão de privacidade”, afirma. “E não invadimos privacidade: monitoramos locais públicos, onde o cidadão de bem quer a vigilância da polícia”, acrescenta Oliveira Neto.

Também em Mogi das Cruzes a população apóia a vigilância dos espaços públicos por meio de câmeras, assegura Perez. “Para ela, é mais um instrumento de contenção da violência e criminalidade, além de servir

MERCADO EM ASCENSÃO

Empresas que comercializam sistemas e equipamentos associados à segurança já olham muito atentamente para o mercado composto pelas prefeituras, no qual visualizam um potencial de geração de negócios bastante significativo. Afinal, conforme diz Carlos Eduardo Jacobini, engenheiro da Cabbo.com, “os municípios querem e precisam de segurança e redução da violência”.

E a expansão dos investimentos municipais em segurança não responde apenas aos anseios mais diretos das populações: decorre também de fatores econômicos, crê Bruno Muggler Moreira, gerente de projetos da Petcom. “Os turistas, por exemplo, viajam apenas para locais em que se sintam seguros. Em Belo Horizonte, um estudo mostrou que no centro da cidade, onde foram instaladas câmeras de segurança, a redução da violência foi acompanhada pela valorização dos imóveis”, exemplifica.

A Petcom oferece um lote de soluções de segurança que inclui câmeras, alarmes, equipamentos para monitoramento de frotas e implantação de redes de fibras óticas e, segundo Moreira, a lista de seus clientes inclui os

municípios de Praia Grande, Mogi das Cruzes e Niterói, entre outros.

Jacobini, da Cabbo.com, não revela nomes de cidades, mas afirma que sua empresa – que disponibiliza sistemas de comunicação sem fio em banda larga – está participando de licitações promovidas por várias prefeituras. Segundo ele, os sistemas de monitoramento geram benefícios adicionais, além de contribuírem para a redução dos índices de violência: permitem, a partir de sua infra-estrutura, a oferta de outros serviços, como acesso rápido à internet, teleconferências e telefonia digital (Voz sobre IP).

As câmeras de monitoramento, especificamente, têm hoje custo individual situado na faixa entre R\$ 25 mil e R\$ 30 mil, revela Moreira. E elas exigem uma central de monitoramento, na qual pode ser necessário alocar uma quantia que pode variar entre R\$ 50 mil e 100 mil. “Mas, antes de pensar nos valores, uma prefeitura precisa, até mesmo para racionalizar os investimentos, planejar uma ação que considere também a integração com instituições como polícia e bombeiros”, pondera o gerente da Petcom.

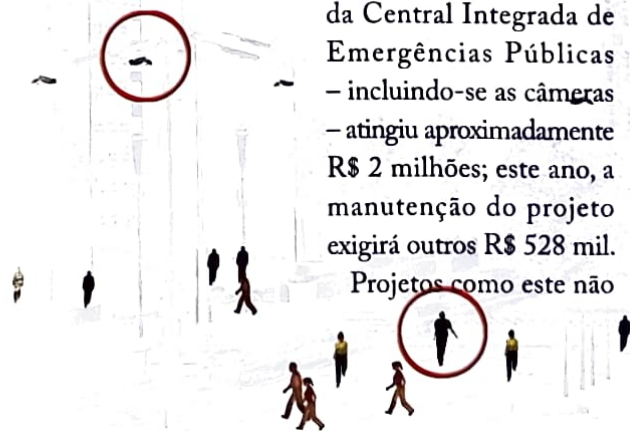
como meio de identificação de situações de emergência, como inundações causadas pelas chuvas ou acidentes”, ele explica. Segundo Perez, o investimento da prefeitura na implantação da Central Integrada de Emergências Públicas – incluindo-se as câmeras – atingiu aproximadamente R\$ 2 milhões; este ano, a manutenção do projeto exigirá outros R\$ 528 mil.

Projetos como este não

exigem nenhum tipo de aprovação da Secretaria de Segurança Pública, afirma o secretário Abreu Filho. Mas, segundo ele, ações de determinados gêneros – como os associados à fiscalização de trânsito – exigem prévio contato com esse órgão estadual. Abreu Filho considera fundamental a participação dos municípios no processo de redução da criminalidade. “A redução

não passa só por ações de polícia, mas também pelo trabalho do município de acompanhamento da ocupação do território, iluminação das ruas ou urbanização”, explica.

E, para o secretário de Segurança Pública do Estado, o Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) constitui um importante instrumento de participação das comunidades nas discussões associadas à segurança pública. “A Secretaria reconhece que cada distrito policial deve ter seu Conseg, composto pelo delegado titular do distrito, pelo comandante do Batalhão ou Companhia da Polícia Militar e por representantes da comunidade”, detalha. “Esse é o fórum institucional e, portanto, o melhor para que a comunidade discuta e participe das soluções locais de segurança pública”, complementa Abreu Filho. ■■



De volta ao jogo

Municípios investem em alternativas e IPTU ganha mais importância no cenário imobiliário

Por Juliana Tavares

Começo de ano sempre traz à tona discussões sobre o sistema de arrecadação de impostos. Em São Paulo, os debates ganharam

novos contornos quando, em janeiro, a prefeitura anunciou a implantação de um sistema de débito

bancário automático para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com o objetivo de facilitar o pagamento do imposto para o contribuinte paulistano. Apesar de isolada, a medida contribuiu para que os holofotes se voltassem para o assunto.

Apesar de ter

sido regulamentado como imposto de competência municipal a partir da Emenda Constitucional nº 18/65, regulamentada pelo Código Tributário Nacional em 1966, o IPTU remonta aos tempos de D. João VI, quando o monarca procurou tributar determinados proprietários de imóveis para obter receita. Nem sempre, porém, o imposto foi considerado fundamental para o orçamento da municipalidade. Com os picos de elevada inflação dos anos



1980, a atualização dos valores reais dos imóveis ficava prejudicada – o que tornava a indexação defasada de um exercício para o outro apesar das reposições dos índices inflacionários. Sem conseguir acompanhar o valor das propriedades, o IPTU perdeu, aos poucos, a importância. Mas, as prefeituras, especialmente as maiores, precisavam suprir a fonte de receita. Por isso, aprimoraram a incidência e a cobrança do ISS (Imposto Sobre Serviços). Com a estabilização da economia e o controle da inflação, no final dos anos 1990, tornou-se possível aumentar, em termos reais, os valores venais dos imóveis: o IPTU, finalmente, voltava a ganhar a importância dos tempos régios.

Dados da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, divulgados pelo IBGE em 2005, mostram que, juntos, o IPTU e o ISS são responsáveis por 70% da arrecadação dos municípios. Embora a arrecadação oriunda do imposto, por determinação da Constituição Federal, não esteja vinculada a qualquer tipo de despesa, órgãos ou fundos, a sua utilização deve atender às prioridades escolhidas pelos governantes, como a prestação de serviços públicos, o pagamento de dívidas ou o custeio de obras,

Divulgação: Prefeitura de Indaiatuba



Maurício Dias: Indaiatuba fechou 2005 com uma taxa de inadimplência de 16,54%

por exemplo. Mas, nem sempre a população sabe para onde vai o imposto. Isso explicaria o número de inadimplência que, em alguns municípios, chega a 50%.

“O tamanho da dívida ativa dos municípios brasileiros é 2,5 vezes maior que o volume da receita tributária. No Estado de São Paulo, essa relação é de 2,3 vezes”, informa o coordenador do Banco de Dados Municipais do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), François Bremaeker. “Ou seja, a cada ano, o correspondente à metade da receita tributária deixa de ser pago no Brasil.” Outro levantamento feito pelo IBGE, em 1999, mostrou que, quanto menor a cidade e mais pobre a região, maior o índice de inadimplência

na arrecadação do IPTU. “Na região norte do país, o calote chega a 80% nos municípios de menor população.”

Dispostos a reverter o quadro, alguns municípios decidiram investir em alternativas para melhorar a captação do imposto. São

em maio de 2005. “Pela medida, o contribuinte passará a ser alertado sobre o seu débito, o que lhe dará a oportunidade de pagar a dívida antes da fiscalização ou da sua inscrição na dívida ativa”, explica o secretário de Finanças do município, Mauro Ricardo Costa.

A falta de atualização dos cadastros de imóveis também era um problema no município: dos cerca de 2,7 milhões de imóveis existentes na cidade, apenas 500 mil estavam com os dados do proprietário do imóvel atualizados. Em razão disso, no final do ano passado, a prefeitura de São Paulo implantou um serviço de atualização cadastral via internet, obrigatória até para os contribuintes isentos do IPTU. “Quem fez a atualização cadastral até o

Prefeituras devem evitar dar descontos muito altos para não incentivar a inadimplência

Paulo, por exemplo, cuja arrecadação em 2005 foi de R\$ 2,3 bilhões, sofria com o Fisco municipal, que não informava os contribuintes sobre os débitos. Para contornar a situação, a secretaria municipal de Finanças instituiu a cobrança administrativa amigável, por meio de decreto aprovado

final de novembro do ano passado também escolheu a data de pagamento e o local de entrega da notificação do IPTU, em 2006. Os municípios que fizeram a atualização após essa data terão as mesmas vantagens a partir de 2007”, informa Costa. Desta maneira, a medida permite ao con-



Mauro Costa: Ao lado do munícipe, melhoramos a administração tributária

tribuinte administrar a data de pagamento do imposto de acordo com o seu orçamento. “Trabalhando ao lado do munícipe, podemos melhorar a eficiência da administração tributária, sem criar novos tributos”, explica o secretário.

São Paulo também está regulamentando a lei que prevê a implantação da Nota Fiscal Eletrônica. “O contribuinte que pedir nota fiscal e cujos imóveis estão regularmente cadastrados na Prefeitura poderá se beneficiar com a redução da alíquota do IPTU”, afirma Costa. Além disso, em 2006, também deverá

ser implantado, como já foi dito, o sistema de débito bancário automático para pagamento do IPTU, que ainda não tem data prevista de operacionalização.

Com as medidas, a previsão é que a arrecadação deste tributo aumente em 14,7% já no próximo ano. Assim, os recursos

arrecadados passariam de R\$ 2,33 bilhões para R\$ 2,68 bilhões.

SORTEIOS E MUDANÇAS NA LEI

Indaiatuba optou por soluções criativas para melhorar a arrecadação do seu IPTU. Há cinco anos, a prefeitura local promove o Festival de Prêmios, no qual contribuintes em dia com o pagamento do imposto e sem dívidas ativas são sorteados e contemplados com prêmios que vão de geladeiras e DVDs a carros. “Fechamos 2005 com uma inadimplência de 16,54%. A média da região é de até

45%”, informa o secretário adjunto da Fazenda, Maurício Dias. O sucesso da campanha já serviu de exemplo para outros municípios, que também utilizam a premiação como forma de estímulo para o pagamento do imposto. É o caso das cidades de Avaré, que já possui o IPTU Premiado, e Valinhos e Campinas, cujas prefeituras estão estudando a melhor maneira de implementar a iniciativa.

De acordo com Dias, o aumento da adimplência não é uma consequência direta

por isso, a cada dois anos, é feita uma nova varredura na cidade. Todos esses fatores, juntos, contribuíram para o sucesso da arrecadação local”, informa.

Para incentivar ainda mais o pagamento do imposto, a cidade está implantando o IPTUcard, um cartão de fidelidade no qual as compras no comércio local rendem descontos no imposto predial. “Ainda em fase de teste, o cartão pretende fidelizar o munícipe no comércio local, dando-lhe descontos de 5% a 15% na compra de

O tamanho da dívida ativa dos municípios é 2,5 vezes maior do que o volume da receita tributária

do Festival de Prêmios, mas um reflexo de vários outros fatores. “Além do sorteio, oferecemos estímulos aos aposentados, que têm de 20% a 50% de desconto no imposto, desde que sejam comprovados alguns critérios de sua condição socioeconômica; o departamento de rendas imobiliárias é bastante ágil na distribuição e conscientização dos cidadãos para a importância do pagamento do tributo; já o recadastramento imobiliário é feito em cima da busca de desvios de metragem e

determinados produtos. O valor é computado durante o ano e vai servir como desconto no carnê do IPTU”, explica Dias.

CADASTRO EM DIA

Em Campinas, algumas mudanças foram fundamentais para acabar com as distorções existentes na cobrança do IPTU. Uma delas foi a atualização do cadastro de imóveis, que estava em desatualização desde 1997. A legislação em vigor também sofreu ajustes. “Desde 1994, pela lei, o cálculo



IPTU Card: Compras no comércio local rendem descontos no imposto

PENSOU NA EDUCAÇÃO das NOSSAS CRIANÇAS, PENSOU FUNDAÇÃO ABRINQ.

Há 15 anos, a Fundação Abrinq trabalha para transformar a realidade da infância no Brasil, promovendo a melhoria e o acesso à educação por meio de vários programas. Essas ações e muitas outras só são possíveis porque contamos com uma verdadeira rede de parcerias que inclui pessoas, empresas, ONGs e outras entidades ligadas à causa da infância e da adolescência. Por isso, quando se fala em criança, se fala em Fundação Abrinq. Entre no nosso site, conheça melhor nosso trabalho e participe.

www.fundabrinq.org.br



do valor venal do imóvel estava atrelado ao cálculo dos anos anteriores, o que impedia a sua atualização e causava injustiças fiscais: regiões que tinham sofrido desvalorização, por exemplo, continuavam com impostos

medidas já causaram redução de 15% no índice de inadimplência. “Em 2003, nossa arrecadação foi de R\$ 141,3 milhões de IPTU. Em 2005, arrecadamos R\$ 185 milhões. A expectativa é que em 2006 consigamos um resultado ainda melhor”, afirma.

EQUÍVOCOS E ACERTOS

Na região oeste do Estado, apesar da redução da dívida ativa em 2005, as prefeituras de Araçatuba, Birigüi, Penápolis, Andradina, Guararapes e Mirandópolis têm a receber cerca de R\$ 99,2 milhões de

exorbitantes”, explica o diretor de receitas imobiliárias do município, Rodrigo Ferreira. “Com a alteração da lei, isso já não acontece. A alíquota do IPTU, atualmente calculada em 3%, terá progressão desse fator, que passará de um mínimo de 0,40% a um máximo de 2,9%, de acordo com o tipo e faixa de valor venal do imóvel. Com isso, os proprietários de imóveis residenciais serão os maiores beneficiados: 48,29% das casas e 76,5% dos apartamentos pagarão menos IPTU em 2006.”

Segundo Ferreira, as

moradores que deixaram de pagar os tributos municipais nos últimos cinco anos. De acordo com o secretário da Fazenda de Araçatuba, José Luiz Rovedilho, o principal motivo da inadimplência é o endividamento adquirido pelos municípios antes da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000. “Parte do dinheiro arrecadado, portanto, serve para amortizar a dívida pública. A população fica sem saber onde o dinheiro do imposto está sendo aplicado, já que não vê obras. E isso acaba desmotivando o pagamento do tributo”,

DICAS PARA MELHORAR A ARRECADAÇÃO DO IPTU

Permitir o parcelamento dos débitos. A redução das prestações mensais pode facilitar o pagamento da dívida. O parcelamento muito longo deve ser evitado. Também deve ser analisada a possibilidade do reparcelamento;

Liberar, por inteiro ou em parte, o valor do débito, excluindo ou não a correção monetária, desde que o pagamento se dê em uma ou número reduzido de parcelas;

Eliminar, por inteiro ou em parte, o valor das multas e dos juros, dependendo do número de parcelas;

Sortear determinado bem ou bens, participando do evento todos os contribuintes que estejam em dia com seus pagamentos;

Dar um desconto para contribuintes que pagam o IPTU em uma única parcela;

Oferecer desconto para

os contribuintes que em até determinada data estejam em dia com todos os pagamentos dos créditos tributários relativos aos tributos municipais ou, por exemplo, só ao IPTU;

Conceder bônus, levando-se em conta determinados períodos, desde que os contribuintes se mantenham em dia com o pagamento dos tributos municipais ou só do IPTU;

Reduzir o IPTU daqueles proprietários de veículos que sejam moradores do município, cujos carros tenham placas da própria cidade (50% do IPVA arrecadado pelo Estado pertence ao município onde o veículo está registrado);

Incentivar a instalação ou a ampliação de empresas no município, de forma a produzir um valor acrescido maior, aumentando a arrecadação do ICMS.

Fonte: Edgard Silva, técnico da Conam (Consultoria de Administração Municipal)

explica. “As distorções da cobrança do imposto também contribuem para este quadro.”

Como se não bastasse, Araçatuba ainda possuía

estimulado a não ser pontual no próximo pagamento do imposto”, recorda Rovedilho. O equívoco foi corrigido e, hoje, o município dá bonificação de pontualidade

A cada ano, o correspondente à metade da receita tributária deixa de ser pago em todo o país

medidas que incentivavam a inadimplência. “Até pouco tempo, os municípios que não pagavam o IPTU chegavam a receber até 50% de desconto para quitar a dívida. O adimplente, por sua vez, sentia-se injustiçado e

de até 15% de redução no imposto. Também foi feita a atualização do cadastro de imóveis e optamos pela bonificação para adimplentes. A expectativa é que consigamos arrecadar até R\$ 220 milhões em 2006.”



José Rovedilho: Parte do dinheiro arrecadado serve para amortizar a dívida pública

Uma nova trincheira

Vereadores e prefeitos têm lugar garantido na Assembléia Legislativa de São Paulo

As relações entre o legislativo estadual e os poderes municipais do Estado de São Paulo ficarão ainda mais fortalecidas graças ao Espaço das Cidades, no Palácio Nove de Julho, uma iniciativa da atual Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Inaugurado em março, o espaço está destinado a funcionar como sala de apoio aos vereadores e prefeitos na troca de idéias e busca de soluções para problemas municipais, regionais ou estaduais.

De acordo com o presidente da Alesp, Rodrigo Garcia, o Espaço proporcionará infra-estrutura adequada para reuniões, debates, seminários sobre gestão pública, legislação e encontros corporativos e interdisciplinares. "Mas, mais im-

portante do que isso, marca o início de um processo de integração entre as Câmaras Municipais do Estado e a Assembléia", ressalta.

Além disso, continua, "o Espaço das Cidades configura também o primeiro ato na construção da Rede Legislativa – a grande rede comunicacional que a Alesp pretende formar com as câmaras de vereadores do Estado, com o objetivo de aprimorar as atividades propositivas e fiscalizadoras do legislativo municipal e estadual paulista, em prol da população dos municípios de São Paulo".

Esse espaço faz parte de um processo de convergência e aprimoramento democrático que a Assembléia já vem implementando em parceria com a Associação Paulista de Municípios e a Uvesp – União dos Vereadores de São Paulo.

O então presidente da APM, Celso Giglio, convidou a todos engajados na luta pelos municípios a participar do Espaço das Cidades, "uma nova trincheira para o movimento municipalista, levantada para a discussão de questões, para levantar nossa bandeira e favorecer o reconhecimento dos municípios".



Espaço proporciona infra-estrutura para reuniões, debates e seminários sobre gestão pública e legislação

Márcio Kato

APM WEBCAST



Curso ao vivo pela internet
sobre Plano Diretor, com Cibelle
Rumell, da Graprohab
Dia 12/05, às 10h30
Patrocínio **BOVESPA**
Mais informações

www.apaulista.org.br

PREPAREM-SE!

Dia 12/05, às 10h30 - Curso ao vivo pela internet sobre Plano Diretor, com dra. Cibelle Rumell, da Graprohab

Duração de 1 hora (dois blocos de 30 minutos, com intervalo)

Todas as prefeituras de São Paulo receberão da APM um convite eletrônico para participar do primeiro curso, mas o cadastro também poderá ser feito por meio do site da Associação Paulista de Municípios.

Esta iniciativa é o resultado de uma parceria entre a APM (conteúdo e divulgação), Usina3 Comunicação (tecnologia, produção e planejamento) e Bovespa (patrocinadora dos 4 primeiros módulos).

Não percam!

Patrocínio **BOVESPA**



APM Webcast

Transferindo conhecimento para Gestores Públicos.

www.apaulista.org.br



Para mais informações, acesse www.apaulista.org.br

ASFALTO

A BAIXO CUSTO

Máquina Processadora de Asfalto

MP 10



Usina de PMF e Lama Asfáltica

MD 1000



Usina de Pré Misturado a Frio

UP 40



Vibro Acabadora **VA 500**



Usina de Pré Misturado a Frio

UP 20



Espargidor

EP 2500



CONISHI

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.

Tel. 17 3522-8836 / Fax. 17 3522-8095

www.conishi.com.br vendas@conishi.com.br

Av. Com. Antonio Stocco, 230 - Pq. Joaquim Lopes - 15800-610 - Catanduva - SP

A caminho do progresso

Prefeitos de todo o país se reunirão na IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Considerado o maior e mais tradicional evento municipalista do país, a IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios acontecerá de 25 a 27 de abril, no hotel Blue Tree Park, na capital federal. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), em todos os anos, é a responsável pela promoção do evento, que, nesta nona edição, tem como tema central "Municípios u. dos reconstruindo um pacto federativo solidário".

Para o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, este é o momento ideal para "unir esforços e consolidar a posição do município como ente federado e definir um novo Pacto Federativo que, por meio do diálogo, busque a cooperação entre os diferentes níveis de governo para solução dos principais problemas da sociedade brasileira".

A Marcha reúne em Brasília a mais alta cúpula da política nacional. Nas últimas três edições do evento, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, compareceu acompanhado de 18 ministros. Além dele, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e do Superior Tribunal Federal (STF) também compareceram. Os mais de 3 mil prefeitos presentes ouviram atentamente todas as exposições, e

tiveram a oportunidade de trocar idéias e experiências entre si e com os representantes do governo federal e do poder legislativo.

A VIII Marcha, realizada em 2005, foi uma oportunidade para os municipalistas presentes conhecerem a estrutura do governo federal e dos programas existentes nos ministérios, que podem ser implementados pelos municípios.

A expectativa, de acordo com Ziulkoski, é reunir mais de 3 mil prefeitos nesta edição, devido à dimensão que o evento tomou. "Na primeira edição, os prefeitos foram corridos por tropas da Polícia Militar. Hoje, o presidente da República participa do evento. É, sem dúvida, o encontro em Brasília que reúne o maior número de autoridades", avalia o líder municipalista.

A Marcha a Brasília já resultou em conquistas concretas para os municípios, como a criação do Comitê de Articulação Federativa; o aumento nos recursos do Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA); a ampliação do número de famílias atendidas pelos programas de habitação do Governo Federal; o repasse de 100% do Imposto Territorial Rural (ITR) para os municípios, entre outros. **

**Revista
Municípios
de São Paulo**

**A publicação
que mais
circula entre
os gestores
municipais do
Estado de
São Paulo**



**Para anúncios ligue
(11) 3879-8204**

PNLD 2007

Conheça e adote nossos livros



10 anos

Caro Professor

Todos estes livros estão à sua disposição para análise na Secretaria de Educação do seu município. Em caso de dúvida faça contato com nosso representante em seu estado ou acesse o site:

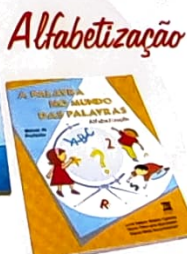
Assista aos vídeos
com os autores de
cada obra no Site

www.baseeditora.com.br

Língua Portuguesa



Cod. 104944



Cod. 104888



Cod. 104887



Cod. 104902



Cod. 014773



História
Cod. 064775



Cod. 054774

Geografia



Cod. 054771

Livros em Ciclos



Matemática
Cod. 024748

Livros Regionais

Cod. 174876



Cod. 164883



Cod. 174881



Cod. 174875



Cod. 174885



Cod. 174877



Cod. 164879

Fale conosco

Rua Antônio Martin de Araújo, 337 - Jardim Botânico - Cep 80210-050 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3264-4114 - Fax: (41) 3264-8471 - baseeditora@baseeditora.com.br



Educando com responsabilidade.

Estrutura de esportes nos municípios ainda é deficitária

Pesquisa aponta que prefeituras aplicam menos de 1% em esporte

A pesquisa que faz parte de um convênio entre o IBGE e o Ministério do Esporte, realizada em 2003, em 5.557 cidades, revela, pela primeira vez a situação do esporte promovido pelos municípios.

O Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (Munic) mostra que, apesar de 93,6% das cidades brasileiras realizarem eventos esportivos com execução ou participação da prefeitura, a estrutura financeira, institucional, de pessoal, equipamentos e instalações para tanto ainda é deficiente. O pessoal ocupado com esporte, em 2003, representava apenas 1,4% em relação ao total de pessoal das prefeituras; mais de 88% dos municípios não possuíam Conselho Municipal de Esporte; os recursos aplicados em desporto e lazer atingiram menos de 1% do total das despesas das prefeituras; menos da metade das cidades faziam parcerias ou convênios voltados para o esporte; e 88% das escolas municipais não possuíam instalações esportivas – quadro ainda mais grave nas áreas rurais.

As despesas dos municípios brasileiros com o esporte estavam fortemente concentradas na região Sudeste, que respondia por 58,9%, em

2002, e 62,1% em 2003.

Apenas 6,4% dos municípios brasileiros não realizaram, em 2003, nenhum evento esportivo executado pela prefeitura ou com a sua participação. Ou seja, 93,6% das cidades promoveram ou co-promoveram eventos esportivos.

No geral, os eventos de caráter municipal contaram com a participação de 97,8% dos municípios; os

intermunicipais, com 60,1%; os estaduais, com 25,2%; os interestaduais com, 7,5%; os nacionais, com 5,0%; e os internacionais, com 2,7%.

Em 2003, só 12% das escolas públicas municipais do país possuíam instalações esportivas; a região Sul apresentava o maior percentual (27,9%), seguida pelo Sudeste (26,5%), Centro-Oeste (21,3%), Norte (4,7%) e Nordeste (4,4%).

Mais grave era a situação das escolas públicas municipais localizadas na área rural. Somente 2,5% contava com instalações esportivas.

Considerando-se que a escola é uma das mais importantes instituições de socialização das crianças, o quadro anteriormente apresentado é preocupante, necessitando de políticas públicas mais incisivas para reverter-lo. ■

Brasil, país do futebol

94,5% das prefeituras realizavam eventos nessa modalidade
27,7% das cidades tinham estádios de propriedade e/ou gestão da prefeitura
74,8% dos municípios tinham campos de futebol

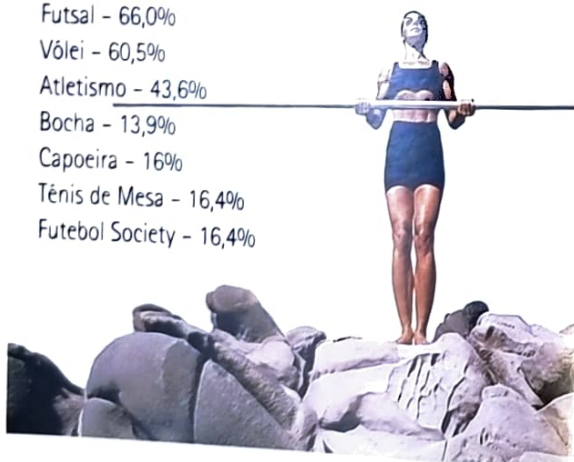


Investimento no esporte

Menos de 1% das despesas das prefeituras foi aplicado em esporte
Região Sudeste – 1,10% em 2002 / 1,07% em 2003
Região Norte – 0,66% em 2002 / 0,46% em 2003

Modalidades mais frequentes

Futebol – 94,5%
Futsal – 66,0%
Vôlei – 60,5%
Atletismo – 43,6%
Bocha – 13,9%
Capoeira – 16%
Tênis de Mesa – 16,4%
Futebol Society – 16,4%



NOSSA CAIXA.

Mais facilidade e agilidade para a administração pública.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

- Pagamento dos Salários dos Funcionários Municipais
- Pagamento a Fornecedores
- Bolsa Eletrônica de Compras
- Cartão Compra Eletrônica
- Aplicações Financeiras
- Arrecadação e Confecção de Carnês de IPTU
- Repasse de ICMS/IPI
- Recolhimento da GRPS por Débito em Conta
- Cobrança de Multas de Trânsito
- Cobrança de Dívida Ativa

*Na Nossa Caixa,
o Programa Banco do
Funcionário Público oferece
condições diferenciadas
para atendimento dos
servidores municipais.*

LINHAS DE CRÉDITO

- PCM – Programa Comunitário de Melhoramentos
- Convênio de Concessão de Empréstimos aos Funcionários

CONCURSOS PÚBLICOS

- Sistema de controle, cobrança e arrecadação de taxas de inscrição de concursos públicos das prefeituras e das empresas, autarquias e fundações municipais.

PROGRAMAS DE GOVERNO

- Banco do Povo Paulista
- Fundos de Desenvolvimento

SALA VIP DOS PREFEITOS

- Rua Álvares Penteado, 131 - 7º andar - Centro - São Paulo - SP
- SHCS - Quadra 504 - Bloco B - Loja 54/55 - Asa Sul - Brasília - DF
- Tel.: (11) 3111-6626 / E-mail: municipios@nossacaixa.com.br

ESPAÇO CIDADE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

- Palácio 9 de Julho - Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Piso Andar Monumental - SP
- Tel.: (11) 3886-6053

www.nossacaixa.com.br

Perfil socioeconômico de domicílios

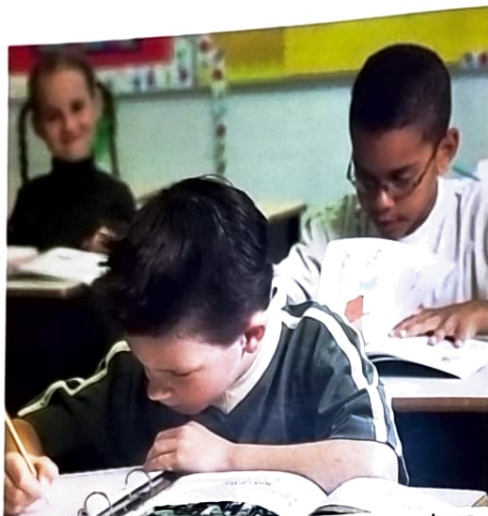
Realizada pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entrevistou 399.354 pessoas e 139.157 unidades domiciliares distribuídas por todo o país.

Em 2004, 15,6% dos domicílios tinham pelo menos um morador recebendo dinheiro de programa social do governo; na Região Nordeste este percentual chegou a 32%. Nos domicílios beneficiados, 91% tinham rendimento domiciliar per capita de até um salário mínimo e 1,1%, de mais de dois salários mínimos.

Estas e outras informações fazem parte do suplemento da PNAD de 2004 sobre Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais, que inclui tabelas desagregadas por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Entre os programas de auxílio pesquisados, estavam desde o auxílio-gás até o Benefício Assistencial de Prestação Continuada.

Do total de domicílios particulares no país, 15,6% eram constituídos por aqueles em que algum morador recebeu dinheiro de programa social do governo. A Região Nordeste apresentou o



A taxa de analfabetismo é de 18,2% entre moradores que recebem alguma ajuda monetária do governo

maior valor desse indicador (32,0%) e a Sudeste, o mais baixo (7,9%).

Nos domicílios em que houve recebimento de auxílio, o número médio de moradores foi 4,8 e, nos que não receberam, 3,3. Esse diferencial foi observado em todas as regiões do país.

Em relação à classificação por cor ou raça, verificou-se que a proporção de pessoas que se enquadraram como pretas ou pardas foi muito mais elevada na população residente em domicílios em que houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social (66,6%) do que na que residia em moradias em que não houve esse recebimento (42,8%).

A proporção de pessoas

com pelo menos o equivalente ao ensino médio concluído (11 anos ou mais de estudo) foi de 6,7% no grupo dos moradores em domicílios que receberam e atingiu 31% no dos residentes em moradias que não receberam dinheiro de programa social do governo.

A taxa de analfabetismo foi outro indicador que mostrou a diferença em termos educacionais entre os dois grupos. Na população de 10 anos de idade ou mais, a taxa de analfabetismo foi de 18,2% para o grupo dos moradores em domicílios em que houve recebimento monetário de programa social do governo e 8,6% no dos residentes em moradias em que não houve. ❖

Presidente do IBGE visita 50º Congresso

A participação do IBGE no 50º Congresso Estadual de Municípios foi um verdadeiro sucesso. Na ocasião, o presidente do Instituto fez um balanço das atividades da instituição e apresentou os projetos da fundação, em especial sobre a intenção de realização da Contagem da População e do Censo Agropecuário em 2007.

Esse importante evento possibilitou uma interação técnica entre o IBGE e diversos representantes municipais, entre eles prefeitos, vereadores e técnicos de prefeituras paulistas.

O presidente atendeu, ainda, vários jornalistas e, inclusive, participou de um programa ao vivo no município de São Vicente.

Dando continuidade à sua agenda de trabalho, o presidente visitou o prefeito de Santos, dr. João Paulo Tavares Papa, para ratificar uma antiga e efetiva parceria do IBGE com a Prefeitura Municipal de Santos, que tem produzido resultados satisfatórios para ambas as partes, com benefícios diretos para a comunidade local. ❖

Procure o IBGE, através de vários canais de atendimento, inclusive pela Rede de Agências, composta de unidades, estrategicamente instaladas por todo o Estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação, no prédio da sede estadual, à Rua Urussuí nº 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones: (11) 2105-2105-8210 e 2105-8212.

unidades, estrategicamente instaladas por todo o Estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação, no prédio da sede estadual, à Rua Urussuí nº 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones: (11) 2105-2105-8210, 2105-8281, 2105-8231.



Homenagem a Chopin Tavares de Lima
Amigos e companheiros prestam homenagem ao grande líder municipalista durante o 50º Congresso



Reunião do Partido Verde
O pluralismo partidário impera no Congresso. Partido Verde faz reunião com seus filiados durante o evento

www.insignesoftware.com

i n s i g n e
PRAZER de Ser Livre!

Fone:
0xx19- 3213-2100

**Temos o prazer de apresentar
a economia para o seu bolso...**



**6
micros
em
1**

- O Six System transforma seu computador em seis, onde seis usuários poderão usar simultaneamente.
- Economia de 5 cpus, licença do sistema operacional, pacote office e mais 26 aplicativos.
- Indicado para escolas, telecentros, telemarketing, empresas que queiram obter grande economia preservando a relação custo x benefício.

O estado “Katrina” é a solução?

Antonio Roque Citadini

O furacão Katrina, que recentemente abateu a cidade de New Orleans, nos Estados Unidos, trouxe discussão acirrada entre defensores e opositores à grande mania das últimas décadas, alimentadas pelo mercado financeiro, para as mudanças do papel do Estado, objetivando sua substancial redução.

Para os defensores do Estado-mínimo este estava muito alargado, com atribuições e áreas de atuação além de suas capacidades e com isto invadia esferas que deveriam ser mais bem atendidas pela iniciativa e instituições privadas.

Reformas empreendidas preconizavam e incentivavam – quando não forçavam – as privatizações, terceirizações, concessões de exploração de certas atividades e eliminação de empresas estatais.

O Estado devia reduzir-se quase somente ao núcleo do poder, preocupar-se apenas com a moeda, com as relações exteriores e, um pouco, com a segurança pública (esta mesma, grande parte “terceirizada” para as empresas privadas de segurança).

A lógica de tal mudança seria reduzir o Estado, deixá-lo de tal maneira pequeno, de modo que ficasse o “mercado” encarregado de resolver todas as demais carências da sociedade.

Quase todos os países adotaram este modelo de reforma, alguns de forma radical, outros menos fundamentalista.

Lembremos que a ação do Estado cresceu, não por vontade determinada do próprio Estado, mas, sim, por necessidade de construir uma infra-estrutura de modo a poder atender e prover às necessidades da parcela mais fraca das populações.

Assim, o Estado cresceu para socorrer os carentes,

parte dos hoje conhecidos como excluídos, aos quais não eram dadas oportunidades para se instruírem, habitavam onde não havia escolas, estradas e outros recursos que lhes possibilitasse o exercício da cidadania.

É importante considerar que as conseqüências do Estado-mínimo, radical, fundamentalista, por tantos defendido, afetam mais as pessoas marginalizadas (à “margem do mercado”, diz-se), e não aparecem diariamente na mídia. Aparecerão – e aparecem, realmente, – nos momentos mais agudos de crises na sociedade.

O exemplo mais significativo, e mais negativo e brutal, deste Estado-mínimo apareceu recentemente, na região de New Orleans.

Abatidos por uma terrível catástrofe, os Estados Unidos foram surpreendidos com uma imagem que não acreditavam existir.

Para fugir do caos, os ricos de New Orleans pegaram seus cherokees, seus mitsubishes, seus chryslers, seus aviões particulares ou seus helicópteros e evadiram-

se dos locais que habitavam porque estavam sendo atingidos pela tragédia que se abatera sobre a então magnífica cidade.

Em contrapartida, os pobres e os sem maiores recursos tiveram que ser socorridos pelo Estado. E o foram pelo Estado-mínimo que os abandonou nos ginásios, sem condução para sair da cidade, não lhes restando senão assistir e enfrentar as intempéries, mal acomodados, em total promiscuidade, mal alimentados, mal agasalhados. Mal assistidos em suas necessidades de atendimento médico, espiritual, etc.

Estava bem centralizada a foto do darwinismo social: os ricos sobrevivendo em regiões afastadas e os fracos

A ação do Estado
cresceu por necessidade
de construir uma
infra-estrutura

lutando pela vida em condições tão adversas.

O mais grave ocorreu depois da passagem do furacão, quando a solução e atuação do governo orientaram-se por dois eixos: o exército, utilizado para impedir saques; e entidades particulares de caridade, para socorrer os atingidos.

O que se viu, então, foi que ao Estado-mínimo americano, tão louvado por vezes, faltou até estrutura para "contar os mortos". E hoje, decorridos mais de seis meses da tragédia, ainda se supõe 3.000 desaparecidos em New Orleans, falando-se em 10.000, segundo ONGs, americanas e internacionais.

A situação se mostrou caótica, pois o governo não tinha meios nem para retirar os mortos que boiavam ao léu. Foi preciso requisitar geladeiras de açougues, para guardar corpos, em meio a pedras de gelo.

Hoje, decorridos mais de seis meses, algumas das áreas atingidas, que foram abandonadas, ainda estão sem energia elétrica, sem água encanada, sem esgoto, sem calçamentos ou vias carroçáveis, sem serviços essenciais, sem praças e equipamentos públicos.

O Estado-mínimo brutal mostrou, assim, sua face mais perversa: o Estado inexistente!

Para suprema humilhação, a única ajuda pública foi a caridade da Cruz Vermelha.

Essa desastrosa situação é quase surrealista quando se constata que o governo federal americano vem gastando bilhões e bilhões de dólares, tudo sem resultado e sem organização adequada.

Guardadas as proporções, tivemos no Brasil o caso das enchentes no Acre, recentemente, e Santa Catarina, há alguns anos. Felizmente, a população teve melhor assistência.

Catástrofes como estas fazem aflorar a grande discussão: se vale a pena reduzir o Estado a essas proporções. Por certo, a resposta é negativa, pelo menos da forma como se tem pretendido fazer.

A redução do papel do Estado há de guardar muita coerência com o mínimo exigível para

que possa atender às necessidades básicas da população, combinando isto com a permanente preocupação do governo não só na melhoria da qualidade de vida de seu povo, mas, também, no aparelhamento necessário à prevenção e atendimento de situações inesperadas.

É preciso que haja previsão e efetiva exigência do governo para que os particulares que assumem atividades antes geridas só pelo Estado estejam preparados para, nas situações adversas, dar à população respostas adequadas e a tempo.

O Estado tem sempre o dever de agir preventivamente e no acompanhamento efetivo para que haja normalidade na vida da sociedade.

Ao permitir que particulares exerçam determinadas atividades deve fazê-lo sem se descuidar do controle que lhe cabe ter sobre as ações que trazem conseqüências na vida da população.

Assim, a energia elétrica não pode faltar porque a companhia particular está discutindo com as seguradoras a indenização de seu prejuízo.

Não é possível aceitar que o particular tenha concessões e permissões para realizar atividades essenciais, obtendo lucros desarrazoados e deixando ao Estado e à população os custos financeiros e irreparáveis nas situações adversas que surjam. Tê-los razoáveis exige efetuar gastos de manutenção necessários à permanente condição de aceitabilidade dos serviços prestados e à previsão de ações de emergência indispensáveis para a normalidade da vida da população.

É inaceitável, assim, que enquanto o permissionário/concessionário não mexe em seu lucro porque não realiza ações até indispensáveis, preventivas e de manutenção, o Estado seja chamado a agir quando ocorre uma situação inesperada, e aí tenha de despendar recursos que deveriam ser destinados às áreas fundamentais, como saúde, educação, habitação.

Reformar o Estado é muito importante, mas sem caminharmos para um estado "Katrina"! ❖❖

O Estado-mínimo brutal mostrou, assim, sua face mais perversa: o Estado inexistente!



Divulgação

Antonio Roque Citadini
citadini@citadini.com
É o conselheiro decano e atual vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e autor de livros, entre os quais "O Controle Externo da Administração Pública" e "Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas" – ed. Max limonad, SP.

Chopin Tavares de Lima

Por Claudio Manesco

A beira dos 80 e com a energia de um jovem de 20. Assim reencontrei Chopin Tavares de Lima na homenagem que lhe prestou a Associação Paulista de Municípios durante o seu Congresso, em março, no Guarujá.

Chopin, em si, é uma coleção de casos tecida com muitos causos. Em sua gestão na Secretaria do Interior do Governo Montoro, implementou programas inusitados como as Padarias Municipais, o Redescobrimdo Interior e o Interior na Praia. Buscava sempre a luz e fugia do tradicional. Avesso ao paternalismo, repetia que era preciso ensinar a pescar ao invés de dar o peixe.

Emblemática uma conversa que teve com um prefeito da cidade de Timburi que veio a ele com dois pedidos: verbas para a Festa da Pinga e dinheiro para o programa de guias e sarjetas. Ao que Chopin respondeu: "para a guia e a sarjeta não tenho dinheiro e muito menos para a Festa da Pinga, mas se você for ao IPT e verificar se eles têm algum projeto inovador

na área de infra-estrutura urbana, daí daremos um jeito".

Presente à homenagem, Fátima, prefeita de Itaju, no exercício do seu terceiro mandato, conta um caso da sua última disputa eleitoral: "Estava em visita domiciliar com o meu vice e ao entrar numa casa fui recebida por um jovem casal. Falei do meu programa, pedi o voto da família e o casal não movia músculos da face. Pensei com os meus botões: com certeza não votarão em mim. Grande foi minha surpresa quando

ao despedir-me escutei a voz do rapaz: 'Dona Fátima, a senhora não precisaria ter se dado ao trabalho. Aqui em casa todos os votos são da senhora. Jamais me esquecerei que graças ao Interior na Praia eu vi o mar pela primeira vez. E isso mudou minha vida.' E logo respondi: não só a tua... não só a tua...."

Horas a fio poderiam ser gastas nas histórias de e sobre o Chopin, mas para resumir seu caráter e bom humor fica a história narrada por um dos seus

discípulos, o deputado Arnaldo Jardim. "No pós-64, quando a ditadura extinguiu os partidos – e criou a Arena, de situação, e o MDB, de oposição –, um velho companheiro de Chopin – político que ele respeitava – o procurou e durante duas horas tentou convencê-lo a entrar na Arena. Rápido, como sempre, Chopin lhe disse: 'já decidi. Vou entrar no MDB para não ter que ficar horas explicando para o mundo o porquê de escolhido a Arena'." ■



Casos havidos ou romanceados, "causos" são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando mais espaço na imprensa paulista. A idéia é que por aqui desfilarem casos e "causos" que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

datatura, revelando um pouco do

ELEKTRO
Sempre ligada em você

A Elektro trabalha para o desenvolvimento dos municípios e o bem-estar da população.

A Elektro distribui energia elétrica a quase 6 milhões de brasileiros e trabalha de forma consistente para proporcionar o bem-estar de seus clientes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos municípios em que atua. Segurança, tecnologia e colaboradores comprometidos são a base da excelente qualidade do atendimento da Elektro.

Por tudo isso, a Elektro tem conquistado cada vez mais a satisfação de seus clientes e fez questão de marcar presença no 50º Congresso Estadual de Municípios, o maior encontro anual de dirigentes responsáveis pelas gestões públicas municipais do Estado de São Paulo.



O COMPROMISSO COM A SOCIEDADE FAZ A DIFERENÇA.



Líder em alimentação Escolar

Mais de 1,5 milhão de pessoas satisfeitas todos os dias

Oferecendo serviços de qualidade em todo o país, a Coan serve diariamente mais de 1 milhão e 500 mil refeições, produzidas por profissionais capacitados e supervisionados por nutricionistas.

Líder na terceirização de alimentação escolar, atende também órgãos públicos como hospitais, repartições e restaurantes populares.

Por que Coan?

- Refeições de qualidade;
- Mão-de-obra especializada e constantemente capacitada para a elaboração e confecção das refeições;
- Praticidade para a Administração Pública, que passa de gestora a fiscalizadora dos serviços de alimentação, com custos e suprimentos rigorosamente controlados;
- Excelente relação custo/benefício e valorização de fornecedores locais;
- Inclusão de programas de educação alimentar, para combater a desnutrição e a obesidade infantil;
- Satisfação dos alunos, funcionários e trabalhadores do município.

Conheça a Coan e invista na qualidade de vida e no futuro de sua cidade.



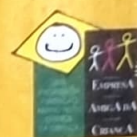
MERENDA ESCOLAR



RESTAURANTES POPULARES



HOSPITAIS



Coan
Alimentação
& Serviços

☎ 0800-554432
www.coanfoodservice.com